

**SOCIALISMO,  
LIBERDADE  
E PODER LOCAL**

# **SOCIALISMO, LIBERDADE E PODER LOCAL**

1ª Edição

Rio de Janeiro  
Fundação Lauro Campos  
2008

© 2008 by Fundação Lauro Campos

## **SOCIALISMO, LIBERDADE E PODER LOCAL**

é uma produção da Fundação Lauro Campos,  
do Partido Socialismo e Liberdade.

### **EDIÇÃO E REVISÃO**

Sergio Granja

### **PROJETO GRÁFICO E CAPA**

Fernando Braga

### **IMPRESSÃO**

Gráfica Enfoc

---

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Temer, Milton (org.), 1948-  
Socialismo, Liberdade e Poder Local  
/ Rio de Janeiro : Fundação Lauro Campos, 2008.  
80p.

Inclui bibliografia  
ISBN

1. .

---

Todos os direitos reservados pela Fundação Lauro Campos.  
fundacao@psol.org.br  
<http://www.socialismo.org.br>

# SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO 7**

*Milton Temer*

**OS SOCIALISTAS E A DEMOCRACIA BURGUESA 9**

*Heloísa Helena*

**APRESENTAR O PSOL COMO ALTERNATIVA REAL DE PODER 13**

*Luciana Genro*

**GOVERNO DE SOCIALISTAS EM CONTEXTO CAPITALISTA: OS LIMITES E AS POSSIBILIDADE 19  
E OS DESAFIOS DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE**

*Edmilson Brito Rodrigues*

**GOVERNAR PARA TRANSFORMAR 27**

*Chico Alencar*

**OS SOCIALISTAS E O PODER LOCAL 35**

*Ivan Valente*

**CONCEPÇÃO DE GOVERNO E EIXOS PROGRAMÁTICOS 41**

*Martiniano Cavalcante*

**POR UMA PRÁTICA REVOLUCIONÁRIA NA INSTITUCIONALIDADE BURGUESA 53**

*Afrânio Boppré*

**MODO SOCIALISTA DE GOVERNAR 59**

*Paulo Eduardo Gomes e Gustavo França Gomes*

**REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA, CULTURAL E REFORMA URBANA: 67  
LIMITES E POSSIBILIDADES DO PODER LOCAL**

*Edilson Silva*

**QUANDO A BUSCA DO PODER LOCAL DESORIENTA A LUTA PELA CONQUISTA DO PODER DE ESTADO 75**

*Luiz Henrique Cunha*

# APRESENTAÇÃO

*Milton Temer*

**A**í está o que chamaríamos de primeira ação prática, no campo editorial, da Fundação Lauro Campos, entidade ligada ao Partido Socialismo e Liberdade.

Trata-se de uma coletânea de artigos pretendendo responder à dúvida angustiante que paira sobre toda a esquerda progressista, principalmente após a brutal e lamentável guinada ideológica com que o Partido dos Trabalhadores frustrou os milhões de brasileiros que nele depositaram a confiança de agir como instrumento transformador de nossa perversa sociedade.

É possível, para um socialista revolucionário, disputar Prefeituras, sem riscos de por aí ver degenerar o compromisso com o objetivo estratégico de luta incessante contra o regime capitalista e toda a sua essência predatória e anti-humana?

É possível compatibilizar a disputa institucional do Poder Local com o objetivo estratégico da conquista do socialismo libertário, eixo ideológico referencial de nosso Partido?

A campanha empolgante que a combativa Heloisa Helena nos propiciou nas últimas eleições presidenciais já nos parece

ter sido prova importante de que nossa participação nos processos eleitorais é extremamente positiva, a despeito do caráter anti-povo intrínseco que eles guardam na legislação que facilita a representação ilegítimamente majoritária dos donos do grande capital contra os que vivem do trabalho digno e do salário quase sempre injustamente baixo.

Permitiu que o povo brasileiro não ficasse preso à armadilha de um confronto entre o seis e o meia dúzia, que caracterizou a disputa lulismo X tucano-pefelistas.

E a expressiva votação por ela alcançada deixou afirmado um valor político distinto da oposição de direita que se bate contra o governo petista – não por divergências programáticas, que praticamente deixaram de existir, na medida em que Lula e o PT se entregaram à estratégia do grande capital, mas por simples disputa dos cargos do Estado e das verbas públicas. Deixou afirmada a existência de um novo partido, no qual os trabalhadores de todos os matizes, no qual os progressistas de toda a Nação vêem uma referência de esquerda combativa que não se vendeu, nem se rendeu.

É nessa linha de desenvolvimento político que se estendem os nossos companheiros que terão imensas responsabilidades no futuro mais imediato. Fazem reflexão de altíssimo nível político e teórico, comprovando que, sim, é possível disputar Poder Local sem abrir mão da luta pelo socialismo libertário. E o fazem com o aval dos que já foram testados nas tentativas de cooptação, sem nunca hesitar em se manter fiéis aos princípios pelos quais marcaram a vida pública. Mas, fiéis ao nosso ideário, não fechamos o espaço a quem contesta esta visão. Há também os que com ela não se alinham, para que o nosso leitor tenha a possibilidade de se definir

Finalmente, é importante registrar não terem sido somente as figuras públicas do partido os autores das preciosas colaborações. Vários outros companheiros o fizeram, tratando de temas específicos – meio ambiente, orçamento, controle social, educação – e seus trabalhos não serão omitidos ao interesse dos militantes do PSOL e de todos os progressistas que nos acompanham. Uma breve e próxima edição será produzida, enriquecida, certamente, para alguns novos textos que solicitaremos, para a produção de uma nova publicação.

**Milton Temer**

*é presidente da Fundação Lauro Campos.*

# OS SOCIALISTAS E A DEMOCRACIA BURGUESA

*Heloísa Helena*



A nossa Fundação Lauro Campos, cujo nome constitui uma justa homenagem ao grande Economista Marxista Lauro Campos, e hoje presidida por um dos mais importantes dirigentes da Esquerda Socialista, o companheiro Milton Temer, disponibiliza para o franco e fraterno debate público as contribuições de alguns valorosos dirigentes partidários que participarão como candidatos aos Executivos Municipais este ano.

Reconhecemos que este novo processo eleitoral será para o PSOL uma batalha duríssima, como foram as eleições em 2006 e como são todas as frentes de luta e os campos de batalha onde nós, socialistas, atuamos com disciplina, solidariedade e combatividade a serviço dos mais belos e legítimos interesses da nossa classe trabalhadora, da maioria do nosso povo.

É um momento em que a força da engrenagem do poder político-econômico-midiático dominante mostra com reluzente esplendor e sem pudor a sua descarada magnitude, promovendo o êxtase de carreiristas e aventureiros de diversos matizes e

garantindo a estabilidade e consolidação da monstruosa máquina capitalista que esmaga a dignidade humana e aniquila sonhos e talentos de crianças e mulheres e homens espalhados pelo nosso Brasil.

Mas é também nossa obrigação participar desse processo, conferindo continuidade às nossas lutas cotidianas nos movimentos sociais e na institucionalidade, e garantindo assim que nosso pequeno exército militante continue em ação nesse momento nacional de visibilidade da disputa de projetos, para o qual, queiramos ou não, a atenção do nosso povo está voltada.

Para enfrentar as próximas eleições municipais devemos reconhecer, humildemente, as nossas dificuldades organizativas, mas devemos, também, reconhecer as belas qualidades heróicas e raras da nossa militância e o respeito e carinho da grande maioria do nosso povo pelas lutas travadas por nosso Partido.

Não nos ajuda como partido, e nem jamais auxiliará a organização do nosso povo, participar das eleições com o medíocre manual do palavreado pedante de frases feitas e formulações mágicas e sem estabelecer laços democráticos com as populações lo-

cais sobre projetos que possam melhorar as condições objetivas materiais e intelectuais das mulheres e homens, crianças, jovens e idosos que vivem nos municípios brasileiros. Talvez, para oportunistas sec-

---

*Estaremos no processo eleitoral com a maravilhosa alegria daqueles que não precisam conquistar riquezas, glórias e honrarias, mas que, quando estão lutando, nos movimentos sociais ou nas eleições, renovam a sua energia militante para desafiar sempre a atração hipnotizadora do Capital.*

---

tários ou esquerdistas que se contentam com a “revolução” nas mesas dos bares e da internet, pareça insignificante e conservador apresentar propostas concretas para administrações municipais viabilizarem alternativas na educação, saúde, geração de empregos no campo e na cidade, segurança pública, infra-estrutura e muitas outras que superem a indignidade em que estão jogadas milhões de pessoas em nosso país. Para nós isso é fundamental porque sofremos com a dor do nosso povo e não nos

contentamos com a análise pretensamente filosófica da barbárie sem apresentar alternativas que potencializem a real construção do socialismo.

Apresentar propostas concretas, que superem a dor humilhante das privações a que estão submetidos milhões de brasileiros, nos ajuda nessa construção, pois desmascara o modelo e os administradores do Capital, nos ajuda a formar conhecimento sobre aspectos de suposta sofisticação técnica na política econômica nacional que repercutem diretamente na vida cotidiana, oxigena as nossas lutas após o processo eleitoral, aumenta a permeabilidade do partido às lutadoras e aos lutadores do povo, que são belos exemplos de combatividade nas suas comunidades, enfim... só não se interessa mesmo por esta tarefa, quem se contenta em proclamar aos outros que esperem o socialismo enquanto usufrui das “oportunidades” do maldito capitalismo, com teto para se abrigar, lençóis limpos como coberta, alimentos escolhidos, plano de saúde, escola privada para os filhos!

Estaremos, portanto, no processo eleitoral com a maravilhosa alegria daqueles que não precisam conquistar riquezas, glórias e honrarias, mas que, quando estão lutando, nos movimentos sociais ou nas eleições, renovam a sua energia militante para desafiar sempre a atração hipnotizadora do Capital.

Sabemos também que se obtivermos vitórias eleitorais nas Prefeituras seremos obrigados a enfrentar toda a estrutura do aparelho de Estado, com todas as suas engrenagens previamente estabelecidas para a preservação da farsante ordem capitalista; com toda a complexidade das limitações fiscais, financeiras, tributárias, orçamentárias; com o esvaziamento dos investimentos públicos na dinamização da economia local e na geração de emprego e renda; com os graves processos de desestruturação da infra-estrutura urbana e rural e o verdadeiro caos na ausência de políticas sociais para garantir ao menos a dignidade humana dos que necessitam completamente da resolutividade e eficácia do setor público.

Enfrentaremos como administradores municipais os diversos representantes da ganância insaciável do capital, na especulação, na destruição do meio-ambiente, no conluio e compadrio dos interesses escusos pela corrupção, e na mais grotesca vilania da insensibilidade deles com a dor, a morte ou o sofrimento de milhões de seres humanos que conseguem apenas sobreviver nas cidades brasileiras ou funcionar como exército de reserva também para o crime organizado ou mão-de-obra escrava para o narcotráfico.

É evidente que não iremos nos iludir ou vender ridículas ilusões como se o processo eleitoral fosse capaz de suprimir, “esmagar” o Estado burguês, quando convenhamos, infelizmente nenhum processo

ou experiência revolucionária conseguiu ainda. Mas, embora possamos reivindicar a concepção marxista clássica, expressa na formulação de Marx e Engels no Manifesto Comunista, sobre o executivo do Estado Moderno, não nos basta a simplificação

---

*É da nossa obrigação, como militantes socialistas, também vivenciar a experiência de construção de uma nova correlação de forças na disputa com o projeto neoliberal, inclusive intervindo nos mecanismos estatais que possibilitem a plena participação popular na esfera local para a radicalização da democracia e a socialização dos meios de governar.*

---

grosseira e desonesta intelectualmente e a opção pelo cômodo distanciamento da necessária intervenção nas lutas cotidianas para explorar as contradições atuais dentro deste mesmo Estado.

É da nossa obrigação, como militantes socialistas, também vivenciar a experiência de construção de uma nova correlação

de forças na disputa com o projeto neoliberal, inclusive intervindo nos mecanismos estatais que possibilitem a plena participação popular na esfera local para a radicalização da democracia e a socialização dos meios de governar na definição de todo processo decisório; possibilitando a permeabilidade da gestão pública ao controle popular para impedir a malandragem da distribuição dos cargos e poder a incompetentes unguídos de burocracias partidárias ou venais e maliciosos participantes de alguns clãs dos “movimentos sociais” para cumprirem o sujo papel de atenuar tensões sociais; garantindo de todas as formas o maravilhoso acesso ao conhecimento, aos bens culturais e sociais e a todas as informações que auxiliem a população a melhor compreender o arcabouço institucional e a modificá-lo conforme suas legítimas aspirações em todos os espaços da luta cotidiana independentemente dos grupos políticos que estejam no exercício do poder político local.

Enfim, apesar dos processos explícitos ou camuflados das traições de classe e do banditismo político, seja da cúpula palaciana do PT e do Governo Lula ou de outras experiências de burocracias corruptas e assassinas que se apresentaram, falseando a verdade, como socialistas, tudo se torna apenas passado! Para que aprendamos com ele, mas sem cantilenas de frustração, lamentos e choramingos, simplesmente com a doce alegria militante de quem não se vendeu e nem se rendeu; de quem tenta humildemente pelas novas lutas abrir novos caminhos para as gerações futuras; de quem sofreu, mas se orgulha de suas próprias cicatrizes como sinais preciosos de que esteve nos campos de batalha honrando a memória de outros revolucionários que dedicaram suas vidas à construção do Socialismo que é mesmo a mais bela declaração de amor à humanidade!

**Heloísa Helena**

*é presidenta nacional do PSOL*

# APRESENTAR O PSOL COMO ALTERNATIVA REAL DE PODER

*Luciana Genro*

**N**osso objetivo estratégico não é administrar o Estado burguês, nem nacionalmente, muito menos em nível municipal. Sabemos que as mudanças estruturais que defendemos para o país não se realizam nos marcos do sistema capitalista e que os municípios são uma arena ainda mais limitada para esta disputa.

Em âmbito municipal não vamos acabar com a pobreza e a exploração. Também não cairemos no erro cometido pelo PT quando entendeu que a conquista do poder nacional é consequência de uma soma de vitórias municipais e estaduais. A conquista do poder real pelo povo só se dará à medida que forem colocadas abaixo as instituições apodrecidas que sustentam o capitalismo e forem construídas outras, verdadeiramente democráticas, permeáveis e controladas pela maioria. Este é o nosso objetivo estratégico.

Mas estas constatações, fundamentais para que não nos percamos nas armadilhas em que sucumbiu o PT, também podem nos levar a conclusões equivocadas. Nas eleições municipais estaríamos então diante de

uma disputa menor? Seria nosso papel apenas demarcar e fazer propaganda socialista? Nossa firme convicção é que não. Onde temos quadros, base social e capacidade de articulação nossa tarefa é demonstrar que podemos e queremos governar.

---

*Acima de tudo queremos governar para  
fazer avançar a luta socialista no Brasil,  
através da politização e da mobilização do  
povo e através da “pedagogia do exemplo”,  
mostrando que é possível enfrentar o capital  
e seus agentes políticos.*

---

Queremos governar para mostrar que a solução definitiva dos problemas das cidades passa pelo fim da submissão do país aos donos do capital. Para atacar a corrupção e a apropriação privada do dinheiro

público, para promover uma autêntica democratização do poder, muito além da experiência limitada do Orçamento Participativo, e para, finalmente, aplicarmos o princípio elementar de distribuição de renda através da aplicação dos recursos arrecadados pelo município para beneficiar de fato os mais pobres. Acima de tudo queremos governar para fazer avançar a luta socialista no Brasil, através da politização e da mobilização do povo e através da “pedagogia do exemplo”, mostrando que é possível enfrentar o capital e seus agentes políticos.

### **Consolidar e ampliar nossa influência política**

O crescimento do PSOL como referência política para uma ampla vanguarda, e em alguns municípios como Porto Alegre para setores de massas, é uma realidade e é resultado da política acertada que desenvolvemos ao longo da nossa ainda curta existência enquanto partido. Evidentemente que a trajetória política de nossas figuras públicas, e especialmente de nossa principal porta voz e presidente Heloísa Helena, é parte inexpugnável deste patrimônio político que hoje se condensa e ganha força no âmbito do PSOL.

Nossos acertos políticos enquanto partido, apesar de todas as debilidades que compartilhamos, possibilitaram potencializar a força de Heloísa Helena e nossas

demais referências políticas. Conquistamos um lugar de destaque na política nacional dialogando com o povo a partir dos problemas concretos, como a corrupção, o caos aéreo, a CPMF, etc...tanto na campanha eleitoral como no decorrer do ano que passou.

### **A eleição municipal será uma etapa fundamental na continuidade deste processo**

Temos a obrigação de ocupar o espaço que já é nosso, o de referência política de esquerda para milhares de lutadores socialistas mais ou menos conscientes. Não menos importante é o desafio de ampliar este espaço junto aos setores mais pobres e menos mobilizados do povo. Algo que só será possível através de um diálogo que parta dos problemas mais sentidos, e que ofereça proposta concretas sem vender ilusões.

Se queremos ganhar a confiança do povo para governar o Brasil, se queremos ser a vanguarda que conduzirá um processo de transformação estrutural que construa o poder popular neste país de dimensões continentais devemos demonstrar em cada embate que estamos na disputa pelo poder. Que temos propostas e temos condições de implementar um programa de mudanças a favor da maioria do povo. Mesmo no limitado âmbito municipal. Como con-

vencer que temos capacidade para mudar o Brasil se não demonstrarmos que podemos governar as cidades fazendo mudanças reais – ainda que limitadas, pois locais – e construindo nelas espaços de luta para mudar o Brasil?

### **Sem medo do cerco da burguesia, fazer o embate nacional**

Não temos dúvida quanto ao caráter limitado de um governo municipal, mais ainda se combativo e portanto cerceado pela burguesia local e pelos agentes do capital. Situação que também aconteceria – em escala superior com certeza – se acaso Heloísa Helena tivesse ganho as eleições presidenciais, com a diferença de que os instrumentos de combate que teríamos em âmbito nacional seriam infinitamente maiores e portanto a nossa possibilidade de avançar também seria muito maior. Em qualquer circunstância o embate é certo, e não deve nos atemorizar, apenas nos fazer refletir a cada passo, avaliando nossas chances no enfrentamento, mobilizando e solidificando nossa base social.

Conscientes dos problemas, dos enfrentamentos e das disputas que um governo municipal do PSOL enfrentará, acreditamos que é possível vencer. Não há garantias, nada está assegurado. Mas se não tentarmos jamais saberemos e jamais aprenderemos como fazer.

Apostando nesta vitória, um governo municipal pode significar um importante acúmulo de forças na realização da nossa estratégia socialista se combinarmos as tarefas de politização e mobilização popular com a disputa nacional pelo rumos do país e com respostas concretas aos problemas do povo da cidade. Fazer da prefeitura governada pelo PSOL um bunker de resistência ao neoliberalismo e um exemplo irradiador de que é possível governar a favor dos interesses da maioria, junto com o povo, sem se corromper, se vender ou se acomodar.

O pano de fundo deste governo é o embate nacional. Desenvolver a consciência popular de que a solução global dos problemas da cidade passa pelo poder nacional, pelo fim da submissão do país ao capital financeiro, aos interesses imperialistas e às oligarquias políticas que se apropriaram do país para fazê-lo servir ao capital. Mobilizar a cidade em torno deste debate, fazendo a disputa política no interior da própria cidade, palco local da luta de classes internacional.

### **Mostrar que é possível fazer diferente: combate à corrupção, democratização do poder e distribuição de renda**

Neste embate nossa premissa programática local é a luta contra a corrupção, o aparelhamento da máquina pública, as mordomias do poder e o distanciamento deste em relação ao povo. Auditorias pú-

blicas com controle social permanente nos órgãos e programas da prefeitura; afastamento imediato daqueles que são suspeitos de irregularidades; diminuição radical dos cargos de confiança com a valorização dos funcionários de carreira; fim da partidarização da máquina pública que deve ser gerida em uma luta permanente contra a burocratização e o aparelhismo. Terminar com as

---

*Conscientes dos problemas, dos enfrentamentos e das disputas que um governo municipal do PSOL enfrentará, acreditamos que é possível vencer. Não há garantias, nada está assegurado. Mas se não tentarmos jamais saberemos e jamais aprenderemos como fazer.*

---

mordomias dos administradores, fazendo um governo plebeu que dê um exemplo de combate aos privilégios dos políticos e que esteja em contato permanente com o povo.

Mas isso ainda será insuficiente se não apresentarmos como nosso primeiro ponto programático uma real DEMOCRATIZAÇÃO DO PODER pois só assim se poderá politizar e envolver parte importante da cidade nos

embates estruturais. Isto significa ir muito além do orçamento participativo, um avanço em relação às tradicionais formas de governar mas muito aquém de se constituir em um verdadeiro poder compartilhado com o povo. Partindo da idéia de buscar uma representação direta da sociedade no governo, de conselhos do povo, da descentralização administrativa com dirigentes de bairro eleitos e com poder real, plebiscitos, referendos e assembléias da cidade, teremos que discutir como esta democratização do poder se concretiza em cada cidade de acordo com a situação concreta que se apresenta.

A outra questão programática fundamental é a definição de que os recursos arrecadados de toda a cidade deverão ser investidos em quem mais precisa. Vamos lutar para aplicar o princípio básico da redistribuição de renda que tanto defendemos. Na prefeitura ainda que de forma muito limitada, podemos implementá-lo. Significa em primeiro lugar cobrar mais de quem tem mais e pode pagar. Recentemente a contenda sobre a constitucionalidade do IPTU progressivo foi decidida no judiciário favoravelmente à progressividade, o que nos abre uma brecha importante.

Também o debate sobre o pagamento de ISS dos bancos, hoje irrisório em relação aos seus ganhos monumentais, é uma pauta que já propusemos no Congresso Nacional e que também ajuda neste debate. Na outra ponta desta discussão está o foco

dos gastos públicos. O doloroso fato de que o crescimento da pobreza, da desigualdade, da exclusão social e da degradação ambiental é uma realidade cotidiana do capitalismo não anula a também possibilidade real do Estado burguês, mesmo em âmbito municipal, de interferir neste processo com mecanismos que defendam o meio ambiente da especulação, da destruição e da ganância do capital, oferecendo à população políticas sociais articuladas de assistência social, saúde, educação, geração de renda, esporte, cultura.

Não somos partidários da tese do quanto pior melhor e por isto sabemos que levar políticas públicas às populações que vivem nas periferias, nas vilas irregulares, muitas em condições sub-humanas, não significa necessariamente “comprá-las” para que aceitem passivamente a exploração capitalista em situação menos terrível, mas pode significar dar a estas pessoas o mínimo de dignidade que as possibilite pensar, sonhar e agir por um futuro melhor.

### **Construir tribunais do povo em todo o país**

Não é só nas cidades onde o partido está mais forte que teremos uma oportunidade nestas eleições. Sabemos que em muitos municípios ainda não temos figuras públicas conhecidas, e este será o momento de começar a construí-las ou fortalecer a sua construção já em andamento. Por mais

que em municípios onde o P-sol ainda não construiu referências populares fortes não tenhamos as mesmas obrigações e as mesmas chances do que em locais como Porto Alegre, Belém e Rio de Janeiro, por exemplo, não podemos tampouco ter uma orien-

---

*Partindo da idéia de buscar uma representação direta da sociedade no governo, de conselhos do povo, da descentralização administrativa com dirigentes de bairro eleitos e com poder real, plebiscitos, referendos e assembléias da cidade, teremos que discutir como esta democratização do poder se concretiza em cada cidade de acordo com a situação concreta que se apresenta.*

---

tação tática acomodada nem muito menos nos apresentar como carta fora do baralho. Faremos, é claro, para nossa militância, uma caracterização de nossas forças, mas não nos apresentaremos para a sociedade agitando nem declarando nossas caracterizações sobre a correlação de forças entre os partidos. Vamos afirmar nossa determinação em todo o país de disputar para vencer.

Os líderes e dirigentes que não se apresentam assim não ganharão nunca, e não são na verdade nem bons dirigentes nem líderes de verdade.

Assim, com uma orientação correta, podemos sair destas eleições com centenas de tribunos do povo espalhados pelo Brasil. Este será o principal termômetro do nosso balanço eleitoral. Alguns destes militantes podem ser eleitos vereadores. A conquista de mandatos nas Câmaras Municipais será muito importante para a construção do partido pois a conquista de um vereador nos dá melhores condições

de refletir os problemas enfrentados pelo povo e de interferir politicamente sobre eles, baixando à terra nossa política e nos inserindo de forma mais orgânica no cotidiano das cidades.

Apresentar o PSOL como uma alternativa real nestas eleições, conquistar mandatos de vereadores, constituir ou fortalecer figuras públicas que reflitam as lutas e anseios do povo nos fará avançar na construção de um partido com influência de massas, desafio para o qual já estamos trabalhando e um passo determinante para a luta pelo poder político.

**Luciana Genro**

*é deputada federal pelo PSOL-RS.*

# GOVERNO DE SOCIALISTAS EM CONTEXTO CAPITALISTA: OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

*Edmilson Brito Rodrigues*

**N**o atual período dominado pela técnica informacional, a crise entre as forças produtivas, de um lado, e as relações entre o capital comandado pelo hegemônico capital financeiro e os milhões de humanos que vivem do trabalho<sup>1</sup>, de outro, tem se aprofundado inexoravelmente. A globalização neoliberal, essencialmente perversa e autoritária, continua, contudo, a comandar o pensamento e a subordinar

a humanidade à lógica da apropriação da mais-valia universal. É perceptível, porém, a gradativa redução dessa capacidade de controle. Em tempos não tão remotos a técnica da indústria autorizava formas de cooperação no processo produtivo que mantinham acorrentados pelos “de cima”, com mais facilidade, os “de baixo” (vale lembrar Florestan Fernandes). Os grilhões ainda existem e se manifestam em um processo sem igual de precarização dos direitos sociais em todos os níveis. Contudo, o domínio dos territórios em todo o mundo e no Brasil em particular, pela tecno-ciência e a informação, como nunca, tem feito aflorar contundentes contradições do modo de produção vigente. A razão do capital que usa o território das nações em função do lucro, traz em seu âmago o seu oposto, ou seja, uma contra-razão ou uma razão contra-hegemônica que já não pode mais ser ocultada. Nesse sentido, o fenômeno técnico contemporâneo dominado pelo computador e o poder informacional que este

---

<sup>1</sup> Operários, agricultores e servidores públicos, mas também os que constituem o circuito inferior da economia, o qual sustenta hoje a maioria da população economicamente ativa em todas as cidades do Brasil e dos demais países periféricos, bem como de significativa parte das cidades dos países cêntricos, em processos econômicos tidos como informais pelo pensamento hegemônico, que se nega a reconhecer que sua capacidade de controle do trabalho humano se realiza fazendo crescer o seu oposto, ou seja, a perda de controle do trabalho da maioria e que essa perda tem a ver com processos alternativos forjados, historicamente, desde os “de baixo” e desde os lugares por eles habitados onde as benesses da modernidade não chegam, como forma de resistência ao desemprego estrutural imanente à razão do capital, ou seja, como contra-racionalidade.

autoriza permitem vislumbrar um futuro de homens e mulheres livremente associados, senhores e senhoras de suas próprias existências, porque quando o comando das técnicas baseado na razão emergente tornar-se hegemônico, ele permitirá usos do território direcionados à construção social de relações de igualdade e justiça. Pode-se, portanto, afirmar que a humanidade

---

*A razão do capital que usa o território das nações em função do lucro, traz em seu âmago o seu oposto, ou seja, uma contra-razão ou uma razão contra-hegemônica que já não pode mais ser ocultada.*

---

começa a ingressar em um novo período de sua história, o qual Milton Santos anunciou como período popular, mesmo que as condições de dominação político-ideológica – sob hegemonia do “pensamento único” – façam parecer o contrário e ainda comencem milhões de que o capitalismo é o último estágio da história. Essas circunstâncias novas, constituídas especialmente nas últimas três décadas ainda não foram percebidas com toda a clareza pela esquerda. Na esteira da inconsciência, os partidos

políticos de um modo geral têm deixado para as corporações financeiras o poder de decisão política sobre os destinos dos países. E como as corporações financeiras são transnacionais e oligopolistas, isso explica a crescente agressão à soberania das nações e o controle por esses grupos econômicos dos poderes do Estado. Isso explica, também, a fúria das classes hegemônicas e dos países ricos (destacadamente os EUA) quando alguns Estados territoriais e seus governos ousam assumir o protagonismo de suas políticas endógenas, bem como das internacionais que lhes dizem respeito (a República Bolivariana da Venezuela e o presidente Hugo Chavez, certamente, são exemplares nesse sentido).

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) nasceu da crítica à morte da política representada na fácil cooptação do Partido dos Trabalhadores – PT e do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelas corporações financeiras e demais capitais. O PSOL deve estar sempre atento para preservar três princípios que lhe são caros: 1) a defesa dos interesses dos trabalhadores, 2) a democracia que signifique mandar obedecendo sempre à maioria e, 3) o sentido maior de sua existência, a intencionalidade intransigente de construir o socialismo. Por isso, não cabe ao PSOL ser mais um partido da ordem, ainda que crítico. Muito menos cabe ao PSOL restringir-se ao importante, mas insuficiente, papel de combate à corrupção do estado burguês.

Também não cabe ao PSOL a disputa de espaços no aparelho estatal de qualquer natureza (legislativa, judiciária ou executiva) e em qualquer esfera (federal, estadual ou municipal) se for para experimentar formas de “esquerda” de gerir a crise do capitalismo. O modo de produção capitalista jamais autorizará a construção do poder popular, ou seja, o poder político nas mãos do povo a fim de que ele decida seu próprio destino será obra do próprio povo; este modo de produção só pode sobreviver em base estruturalmente corrupta – o capital não é outra coisa que não a apropriação privada da riqueza socialmente produzida (nunca é demais lembrar que a única fonte de produção de riqueza é o trabalho. Única); neste modo de produção, crise é um estado de permanência que se agudiza em períodos cada vez mais curtos e, contemporaneamente, já não pode comportar períodos longos de crescimento. E, mesmo quando sucedem períodos virtuosos de crescimento, as desigualdades sócio-espaciais tendem a se aprofundar, isso porque, virtuosidade capitalista significa acumulação ampliada mediante alargamento da taxa de exploração (mais-valia) e intensificação da concentração da riqueza social.

A urbanização do planeta tornou as grandes cidades lugares expressivos das desigualdades sócio-espaciais. A pobreza tornou-se irreversível na cidade do capital. Por isso, é a cidade o lugar de afirmação do futuro socialista. Na razão capitalista não há lugar

para a justiça social, para a igualdade sócio-espacial, para o respeito às diferenças. Por isso, valores socialistas vão se constituindo apesar do controle “oligopsônico” (lembre-se Inácio Rangel) dos aparatos técnicos, mormente os informacionais e comunicacio-

---

*A urbanização do planeta tornou as grandes cidades lugares expressivos das desigualdades sócio-espaciais. A pobreza tornou-se irreversível na cidade do capital. Por isso, é a cidade o lugar de afirmação do futuro socialista.*

---

nais; por isso, os que vivem do trabalho, os “de baixo”, desde os mais diversos lugares esquecidos pela modernidade capitalista, desde as significativas manchas urbanas habitadas pelos pobres que são cada vez mais numerosos, são estes, os “Homens pobres e lentos do planeta”, para usar uma expressão de Milton Santos, que têm o poder de comandar as transformações profundas ao nível da formação sócio-espacial brasileira e, porque não dizer, no mundo inteiro.

Contudo, a sensibilidade que o mundo do trabalho demonstra para criar formas de resistência nem sempre se expressa em um

mesmo nível de decodificação das causas da crise estrutural do vigente modo de produção. É dramático ver partidos auto-adjetivados de esquerda amesquinhar a política, tornando-se meras máquinas eleitorais a serviço dos interesses hegemônicos; desse modo, cabe ao PSOL o desafio estratégico de credenciar-se como instrumento político capaz de dirigir o debate sobre a sociedade

---

*Um governo de socialistas, através de um tipo de planejamento sócio-territorial participativo pode contribuir significativamente para a constituição de uma esfera pública não-estatal, capaz de planejar e executar transformações na ordem vigente, em um processo autônomo em relação ao Estado e ao próprio governo; um processo permanente de construção social protagônica.*

---

a partir do que ela realmente é e sobre o projeto de futuro que passa, necessariamente, pelo esforço de construção de um projeto soberano e socialista de nação, logo, radicalmente democrático e internacionalista. O desafio contingente, nessa perspectiva, é

o de transformar o PSOL em um partido de massas, afirmando e aperfeiçoando sua democracia interna e constituindo uma estratégia viva e marxizante de socialismo.

O PSOL não pode estar adstrito à condição de partido eleitoral. Contudo, combater o eleitoralismo não o autoriza a relegar, ao contrário, obriga-o a disputar todos os espaços possíveis da estrutura institucional (Estado) brasileira. Assiste razão a Florestan Fernandes quando alerta para o risco de que esses espaços institucionais, particularmente os governos municipais, podem se transformar em armadilhas para os socialistas na medida em que a esfera municipal teria poucas condições objetivas para responder às necessidades acumuladas pela enorme dívida social do Estado para com os pobres. Porém, em um país continental como o Brasil, a afirmação da necessidade de uma ruptura global com a ordem do capital torna imprescindível compreender que as brechas na democracia burguesa devem ser aproveitadas da forma mais competente para propiciar a construção social da utopia, mesmo porque os poucos espaços para o exercício da política revolucionária não são dádivas, mas conquistas. Mesmo que as possibilidades pareçam restritas e as barreiras insuperáveis, só o conteúdo intencional da utopia socialista pode criar condições mais favoráveis para o alargamento dessas possibilidades, haja vista que a possibilidade socialista é a filosofia da práxis, é a busca permanente do

impossível. Por isso, deve-se participar de todas as formas de lutas políticas, a sindical, a das mulheres, a dos homossexuais, a dos negros, a dos povos indígenas. Mas não se pode desprezar o poder explosivo do uso socialista de espaços institucionais do estado. Não se pode esquecer que a sociedade está submetida a uma “globalidade desigualmente articulada” como ensina Ricardo Antunes, ou seja, o mundo está perversamente ordenado e é essa ordem desordenada pela lógica do mercado, do lucro, é a razão do capital que potencializa a produção de uma contra-razão, processo do qual os socialistas se obrigam a participar.

Nenhuma cidade importante do Brasil é governada por socialistas. Isso demonstra a fragilidade e hipocrisia da democracia burguesa. Um governo de socialistas, através de um tipo de planejamento sócio-territorial participativo pode contribuir significativamente para a constituição de uma esfera pública não-estatal, capaz de planejar e executar transformações na ordem vigente, em um processo autônomo em relação ao Estado e ao próprio governo; um processo permanente de construção social protagônica. Um processo autônomo, mas orientado e incentivado pelo governo que, socialista, assume o direito de tentar influenciar a partir de seu projeto estratégico. O direito ao protagonismo de socialistas que governam não deve ser confundido nem com autoritarismo, nem com doutrinário, se for preservada a autonomia popular.

Na possibilidade de conquistar-se o governo de uma cidade, a principal obra dos socialistas não será o resultado físico, paisagístico, mas a qualidade social das relações que animam as formas urbanas e que, com elas, formam o espaço. A principal realização será

---

*Um governo de socialistas no contexto capitalista deve ser um exercício do direito à cidadania, de garantia de informação ampla daquilo que historicamente só é permitido acesso às classes dominantes e à tecnoburocracia que lhes servem na gestão do aparato estatal. Informação, formação e consciência andam juntas.*

---

a contribuição dada para a construção de um novo estágio de consciência de modo a que o povo compreenda que o presente é o lugar onde se pode enlaçar o futuro; nesse sentido, buscar garantir as melhores condições para que se formem valores culturais alternativos aos hegemônicos (o individualismo, o egoísmo, a naturalização da lógica do lucro, etc.), tais como, os princípios da solidariedade,

cooperação, justiça social, igualdade, amor pela humanidade, etc.; enfim, um governo capaz de chamar a população a refletir sobre seu papel na construção do futuro feliz, socialista.

Mas, em circunstâncias estruturais de significativas desigualdades sócio-espaciais, só a reflexão filosófica não é suficiente para que um governo não se transforme em ar-

tida nas paisagens entristecidas pela falta de infra-estrutura e de serviços públicos com quantidade e qualidade sociais. Um governo de socialistas deve buscar viabilizar o mais amplo processo de participação democrática e protagônica de modo a experimentar, por dentro da ordem, formas de democracia alternativas à democracia burguesa, em outras palavras, formas processuais de construção do poder popular.

---

*A radicalização da democracia, na perspectiva do socialismo, é fundamental para a constituição de sujeitos políticos que, a partir dos interesses da classe que vive do trabalho, possam se contrapor àqueles das classes que vivem da exploração do trabalho.*

---

madilha e fracasso para o pensamento e a luta socialistas. Reconhecer que a força do povo está na “felicidade subjetiva” da qual fala Maria Adélia de Souza e que lhe mantém resistente e criativo contra qualquer manifestação de barbárie, autoriza reconhecer que há um estado de necessidade, de escassez provocada, como intencionalidade, pelo poder hegemônico, em outras palavras, há uma “infelicidade objetiva” con-

Um planejamento sócio-territorial participativo nos moldes do Congresso da Cidade (realizado em Belém entre 1997-2004), ainda mais amplo e radical a depender das condições políticas locais de maior ou menor cerco perpetrado pelas classes hegemônicas e das circunstâncias conjunturais de maior ou menor Ascenso das lutas populares em todo o território, é uma boa referência ao debate partidário. Mesmo porque se pôde mostrar, com essa experiência, que é possível jogar no campo do inimigo sem se submeter à sua estratégia; que a oportunidade que os socialistas têm de ocupar posições dentro da ordem deve servir para incentivar movimentos estratégicos contra a ordem; que as reformas urbanas, quando resultantes da participação popular protagônica, ou seja, quando são conquistas do povo organizado e em movimento, não contraditam, ao contrário, reforçam o sentido da luta revolucionária e socialista; que uma experiência de democracia popular, a despeito dos muitos limites estruturais, inclusive a falta de recursos financeiros, pode

se reverter em um processo de inversão de prioridades de modo a que as pessoas (e os lugares que elas constituem) que menos têm possam receber mais investimentos, seguindo-se, assim, o princípio de tratar desigualmente os desiguais como condição mesma da redução das desigualdades sócio-espaciais.

Um governo de socialistas no contexto capitalista deve ser um exercício do direito à cidadania, de garantia de informação ampla daquilo que historicamente só é permitido acesso às classes dominantes e à tecno-burocracia que lhes servem na gestão do aparato estatal. Informação, formação e consciência andam juntas. O acesso ao saber é um pressuposto da construção do poder. O poder popular, compreendido como construção histórica, pressupõe o apoderamento, pelo povo, de todas as possibilidades de conhecimento da realidade que o escraviza.

Os riscos de instrumentalização e manipulação política e ideológica, mesmo em se tratando de governos socialistas, deve sempre ser combatidos. Como fazer do governo um instrumento de estímulo da autonomia popular? Como evitar o enclausuramento da experiência de participação popular nos limites da ordem vigente? Como fazer de um governo socialista em contexto capitalista uma escola de formação permanente, um instrumento de educação popular e de construção da liberdade, um alimento da rebeldia e do protagonismo populares em favor de uma

consciência política fundada na filosofia da práxis de que nos fala Marx? E, como fazê-lo se, contra as experiências socialistas os defensores da ordem estão sempre a postos e vigilantes, estão em permanente combate destrutivo e que não titubeiam quando se trata de intervir, desde seus interesses de classe, para aprofundar as contradições inevitáveis do processo de busca de soluções para problemas que, por serem de natureza estrutural, não poderão ser resolvidos, mesmo por socialistas revolucionários que governem cidades do capital?

Um governo de socialistas não pode ser amesquinçado por práticas localistas. Entre outros princípios, deve intentar, permanentemente: 1) a “democratização radical” da sociedade. A radicalização da democracia, na perspectiva do socialismo, é fundamental para a constituição de sujeitos políticos que, a partir dos interesses da *classe que vive do trabalho*, possam se contrapor àqueles das classes que vivem da exploração do trabalho. Então, a ação não será inócua nem neutra, mas parte de um confronto de interesses que se apresentam conflituosamente em qualquer construção histórica transformadora; 2) o internacionalismo solidário, pois as formações sócio-espaciais servem para fazer a mediação entre os lugares de cada território e o mundo, mas a luta contra a globalização do capital autoriza a pensar em formas alternativas de redes entre os lugares e as nações do mundo todo que

expressem um sentido ético de solidariedade libertária e, por fim, 3) o princípio da soberania nacional, irmão do internacionalismo e fundamental para garantir que o socialismo seja, antes de tudo, a afirmação do direito à autodeterminação, seja o respeito às diferenças entre os povos.

Como proclamou Marx, o socialismo dará fim à pré-história da humanidade. Para Milton Santos, agora, que estão dadas as condições de descoberta de nossa presença no planeta, é possível afirmar que uma história universal verdadeiramente humana está começando. Desde os morros ou das baixadas, essas manchas opacas espraiadas por todo o território, e pelo mundo todo, marcham

em direção aos pontos luminosos da modernidade capitalista, para tomá-los de assalto, a “maioria inquieta” da qual nos fala Noam Chomsky, os “de baixo”, os “Homens pobres e lentos do Planeta”, em busca da felicidade. O sentido de disputar governos locais e de exercê-los, como gotas de chuva sem as quais inexistiriam os oceanos, está na capacidade de, reconhecendo os muitos limites, afirmar o impossível como intencionalidade.

### **Edmilson Brito Rodrigues**

*é professor da UFRA, Arquiteto,  
mestre em Planejamento do Desenvolvimento –  
NAEA/UFPa., doutorando em Ciências –  
Geografia Humana – USP  
e foi Prefeito de Belém entre 1997 e 2004.*

# GOVERNAR PARA TRANSFORMAR

*Chico Alencar*

***“O segredo de ser jovem – mesmo quando os anos passam, deixando marcas no corpo – é ter uma causa a que dedicar a vida”***

*(Helder Câmara, 1909/1999)*

## **Pensando grande, mantendo a chama**

**A** História das sociedades humanas no planeta está na sua juventude, se considerarmos as inúmeras formas de vida que vicejaram na Terra. Em relação a outras espécies e mesmo a nossos ancestrais antropóides, chegamos – *homo sapiens* – há pouco tempo e, em tese, temos longa caminhada pela frente. Esta compreensão não é consolo conformista, empurrando para um futuro inimaginável o reino civilizatório da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Ao contrário, pretende chamar à razão aqueles muitos que, nesse início de século XXI da chamada era cristã, rendem-se a uma suposta indestrutibilidade do capitalismo e à impossibilidade absoluta de abolição da segmentação de classes e do Estado.

A ainda curta trajetória do ser humano caracteriza-se, hoje mais que ontem, por agudas contradições: nunca tantos bens materiais e mesmo simbólicos foram produzidos,

nunca sua má distribuição foi tão evidente. Jamais foram realizadas tantas conferências e lançadas tantas publicações pela paz e por um desenvolvimento sustentável, ecologicamente equilibrado, ao mesmo tempo em que guerras localizadas, armamentismo e degeneração ambiental colocam em risco, em níveis nunca vistos, a sobrevivência de povos, nações e da própria “nave” em que habitamos. Em tempo algum esta própria “nave-mãe”, pequeno corpo celeste de um pluriverso com galáxias em expansão, foi tão conhecida em seus mecanismos físico-químicos e organização societária, o que não contribuiu para uma reestruturação justa daqueles que a ocupam, com sua tripulação de comando em cabines de luxo e a imensa multidão de passageiros nos porões, sem conhecer e poder decidir sobre o itinerário da perigosa viagem comum...

Estas considerações gerais, ou melhor, globais, são necessárias para se dimensionar com exatidão nossa proposta política, ainda que ela, formalmente, possa estar circunscrita, no imediato, a um pequeno povoado deste vasto mundo. Afinal, recusar o globalitarismo totalitário, imposto pela inquestionável hegemonia do capital financeiro, é, como pedia mestre Milton Santos,

olhá-la “do lado de cá”: questionando a “teocracia de mercado”, bem como reconhecendo o desmonte do chamado “socialismo real” e a profunda crise de projetos das es-

---

---

*Em tempo algum esta própria “nave-mãe”,  
pequeno corpo celeste de um pluriverso com  
galáxias em expansão, foi tão conhecida em  
seus mecanismos físico-químicos e organização  
societária, o que não contribuiu para uma  
reestruturação justa daqueles que a ocupam,  
com sua tripulação de comando em cabines  
de luxo e a imensa multidão de passageiros nos  
porões, sem conhecer e poder decidir sobre  
o itinerário da perigosa viagem comum...*

---

---

querdas. Mas reafirmando que o capitalismo, apesar de sua grande capacidade de renovação e sobrevivência, não tem a última palavra para as aspirações de justiça e paz da humanidade, dada sua essência predatória e expansionista. A História não chegou a seu termo.

Sim, o primeiro passo para uma formulação de sentido prático sobre o tema “Socialismo e Poder Local” é ousar pensar grande, planetariamente, resgatando os grandes sonhos libertários que pontuam o percurso de avanços e recuos, saltos e tropeços das sociedades. Este êmulo do vir a ser, de um “outro mundo possível”, da imortal utopia socialista traduz-se em fazer política com idéias e causas, com princípios que orientam a firmeza estratégica e que não podem ser tisonados pela necessária flexibilidade tática. Sem isso, seremos mais uma força política conformada e amesquinhada pela politicalha miúda, interesseira, reprodutora das desigualdades, da exploração, da violência, da despolitização.

### **Esquerdas e vida urbana, hoje**

As esquerdas, neste início de novo século, têm reagido de variadas formas à hegemonia do capital e da urbanização. A mais comum, que descaracteriza o próprio ideário socialista, é a da adaptação, da aceitação tácita ou explícita da vitória do sistema. Então, sempre com a justificativa de uma “correlação de forças desfavorável”, ocorre um processo de inserção na ordem econômica e institucional vigente, sem questioná-la na sua essência. Para os grandes vitoriosos do capitalismo em sua etapa de financeirização e sua “revolução” tecnológica da desmaterialização da produção e da compartimentação das unidades produ-

tivas, configura-se uma grata surpresa: assim como Toni Blair foi o consolidador do “tatcherismo”, Lula é, junto às elites, por sua política econômica e de alianças partidárias, um continuador da era FHC.

Esta vertente conformista, que se compraz com políticas assistenciais mais abrangentes, não representa ameaça ao neoliberalismo. Inclusive, por absurdo, incorpora seus dogmas (como o do “superávit primário” e do “risco-país”, no caso do Brasil) e abre mão do conceito de “reformas” e de construção programática, por força do pragmatismo. O corolário dessa guinada conservadora é a aceitação do padrão sistêmico de degeneração ético-política, jogando-se à vontade o jogo pré-estabelecido das disputas eleitorais alavancadas por grandes máquinas e compra de votos. Seu matiz de esquerda perde identidade, na mesma proporção em que ocupa espaços de poder e é engolida pela lógica capitalista e corrompida.

Outros setores, entretanto, permanecem na resistência – pois é disso que se trata, nessa quadra. Resistência que se dá no plano dos movimentos populares – por moradia, por trabalho e salário digno, por terra, por acesso à educação, cultura e informação, por serviços públicos de qualidade, contra as discriminações de classe, corporais, sexistas, religiosas, étnicas, por respeito aos direitos humanos. Por participação política permanente, em síntese.

Esta resistência, de crescente horizontalização da cidadania ativa e de fortes reivindicações (que alguns denominam de “pleitos infinitos”) guarda uma certa distância do Estado e de seus aparatos (inclusive os

---

*Assim como Toni Blair foi o consolidador do “tatcherismo”, Lula é, junto às elites, por sua política econômica e de alianças partidárias, um continuador da era FHC.*

---

partidos políticos), o que é saudável. Desde que não se torne política de gueto, de não-interlocução, de “micro-zona libertada”, de pseudo-zapatismo descontextualizado e desprovido da força histórica daquele importante movimento “por fora” do Estado. Estes movimentos e estas formas diversas de luta, na sua rica pluralidade, precisam constituir-se em redes flexíveis e amplas para minar o poder do Estado, no que ele tem de reprodutivista da ordem estabelecida, inclusive sua linguagem burocrática, que também é dominação e coerção. Estas lutas e movimentos, que administrações populares e democráticas, de inspiração anti-capitalista, devem valorizar, cobram na prática o que o discurso “universal” do Estado (mesmo o neoliberal) repetidamen-

te proclama: a realização do bem comum, a promoção do bem-estar social. A dinâmica destes movimentos desnuda o caráter limitado, isto é, classista, do Estado burguês. A força destes movimentos, tanto maior quanto mais articulados, contribui decisivamente na disputa contra-hegemônica anti-capitalista.

---

*A rigor, no ambiente histórico das atuais democracias liberais, apesar de toda a crise da representação política, as esquerdas devem exigir a “democracia absoluta”, que começa pela socialização imediata dos meios de governar.*

---

A rigor, no ambiente histórico das atuais democracias liberais, apesar de toda a crise da representação política, as esquerdas devem exigir a “democracia absoluta”, que começa pela socialização imediata dos meios de governar. Com a crescente prevalência do trabalho cognitivo nas áreas urbanas modernas, de maior concentração popular – o que se verifica inclusive em urbis asiáticas como Nova Deli, Xangai e Pequim – a produção social, com a expansão do setor de comércio, serviços e lazer, com a troca de informações, a cibernética e a robótica,

desconstituiu parte da classe operária tradicional como força predominante e motriz da “revolução proletária”. E forja uma nova classe trabalhadora, que também tem contradições com as relações capitalistas de produção. No plano urbano, suas demandas são por condições de trabalho e qualidade de vida, o que inclui cobrança de equipamentos urbanos nos bairros periféricos e participação na gestão da cidade.

### **As lutas democráticas no século XX**

A história das esquerdas em nosso país mostra uma forte inserção nas disputas institucionais. Sem desconsiderar o movimento anarquista da transição entre o século XIX e o século XX, e que só começou a declinar nos anos 20, com a propagação dos sucessos iniciais da Revolução Soviética de 1917, e as esparsas tentativas insurrecionais, não há como negar que a classe trabalhadora brasileira e seus aliados sempre tiveram presença nos espaços da legalidade, questionando o caráter particularista e patrimonialista do Estado.

As esquerdas se inserem na formação social brasileira com algumas características específicas: foi assim na organização dos primeiros sindicatos e das primeiras greves, nas reivindicações das categorias, nas lutas por salários e condições dignas de trabalho (culminando com a CLT, nos anos 40), nos seus artigos, panfletos e manifestos políti-

cos, nas disputas eleitorais, com a constituição de programas e chapas, como as do BOC (Bloco Operário e Camponês), ainda nos anos 20, em plena República Oligárquica, ou na frente popular da Aliança Nacional Libertadora. Mas as esquerdas, ampliando seu leque de alianças, também deram o tom das “reformas de base” do início dos anos 60. Massacradas pelas forças reacionárias do golpe militar, e dizimadas na heróica resistência armada à ditadura, recuperam força na luta, junto com outros setores menos progressistas, pelas liberdades democráticas no final dos anos 70: contra as prisões, a tortura e a censura, pela anistia e pelas diretas já. “Uma dor assim pungente não há de ser inutilmente”, cantou o poeta, quando algumas pequenas vitórias começavam a surgir.

Essas características não podem ser esquecidas nesses tempos falsários do “fim das ideologias”, da indução à atomização individualista, da despolitização como programa, da globocolonização do consumo contínuo como sentido de vida. A inserção das esquerdas na institucionalidade, ao longo do século XX, inspirada pela crença na igualdade entre todos os seres humanos e animada pela defesa da liberdade, não foi uma simples “ocupação de espaço”: sempre teve forte conteúdo ideológico, crítico-propositivo, qualificando-se pela afirmação de idéias, pelo embate político, pela demarcação com os conservadores de todos os matizes. E, questionando um certo pedantismo intelectual esquerdista descolado da vida

real, pelo compromisso com a organização e mobilização de massa, única fiadora da viabilidade do ideário proclamado.

Num ambiente carregado de machismo, herança do secular patriarcalismo, inoculado inclusive em algumas lideranças marxistas, as esquerdas tiveram em Maria Lacerda de Moura, Olga Benário e Patrícia Galvão

---

*Contemporaneamente, no celebrado  
“mundo democrático dos direitos e preceitos  
constitucionais”, é nosso papel afirmar que  
todo direito só o é se puder ser  
universalizado, e isto vale, inclusive, para o  
direito “sagrado” à propriedade.*

---

(Pagu), entre outras, expressões libertárias ousadas, de grande valor humano, dispostas a romper tabus e incomodar pensamentos instalados, mesmo entre seus camaradas.

Contemporaneamente, no celebrado “mundo democrático dos direitos e preceitos constitucionais”, é nosso papel afirmar que todo direito só o é se puder ser universalizado, e isto vale, inclusive, para o direito

“sagrado” à propriedade. É nosso dever afirmar, inclusive em louvor aos construtores da tradição das esquerdas, na qual combatentes pagaram muitas vezes com a própria vida sua dedicação às generosas causas da felicidade humana, que representação eleita não é mera delegação, que prescinde do controle social e popular permanente. Esta concepção de “substituição da soberania popular” é produto do projeto neoliberal de tecnificar a política e dela afastar, de vez, a incômoda presença popular. Ou, pela próspera montagem das máquinas de clientela, domesticá-la e manipulá-la, para legitimação do poder daqueles “que sabem e fazem”.

### **O poder local, micro-cosmos do universal**

Todas as relações sociais gerais estão representadas, em ponto menor, na vida das comunidades urbanas, pequenas, médias ou grandes. A própria forma de ser das cidades, como espaços de trocas entre pessoas, grupos e classes, sintetizados hoje na palavra “mercado”, é muito representativa do sistema capitalista imperante, conformador dos modos de existir, hábitos e desejos da multidão. E onde o “equivalente geral”, a moeda sonante, o dinheiro, é o meio para se ter direito a bens que deviam ser universais, como água, energia, teto, roupa, pão e locomoção. Sem distribuição justa de riqueza e renda, e sem oferta de qualificação educacional e de postos de trabalho, muitos têm o seu direito à cidade negado.

Este quadro de concentração da riqueza social, de exclusão e exploração, característicos do capitalismo, reverbera sobretudo nas concentrações urbanas médias e grandes, sob o ritmo da competição frenética e da violência crescente. Ali, quem não pode comprar não “entra”. Assim, o direito à moradia só é pleno para os que vivem em condomínios fechados. O direito à saúde só é acessível aos que pagam caros planos privados. O direito à educação de qualidade cobra caras mensalidades. A cultura é oferecida em espetáculos sofisticados. O próprio ambiente saudável e desfrute de áreas preservadas é também de difícil acesso. A locomoção mais eficaz e segura se dá em automóveis modernos e blindados. O sacralizado ritual do consumo obsessivo só é oferecido nos shoppings climatizados (a “cidade ideal” do capital).

Os pobres das cidades – serventes, domésticas, pedreiros, balconistas, entregadores, offices e moto-boys, encanadores, gráficos, tecelões, padeiros, motoristas, artistas populares, ascensoristas, comerciários, jovens evadidos do insosso sistema escolar, biscateiros, ambulantes, “inempregáveis”, população de rua – são quase um “estorvo” a ser tolerado. Sob vigilância crescente, vão sendo empurrados para a periferia, para as grimpas dos morros ou para a “proteção” das marquises dos prédios inteligentes... Também crescentes setores de classe média – educadoras, advogados, profissionais de saúde, servidores públicos com formação superior – perdem qualidade de vida,

em função das insuficientes políticas públicas de transportes, educação, cultura, habitação e geração de empregos. Incerteza e insegurança são as marcas dessa época.

A conquista do poder político numa administração municipal só significa alguma mudança se seus detentores não seguirem a lógica dos empresários monopolistas de vários ramos econômicos – donos da cidade – e do estamento tecno-burocrático que lhe dá sustentação. E se entenderem que é fundamental a resistência às formas crescentes de individualização impostas pelo próprio Estado e pela mídia grande. Esta, aliás, produz eficaz e sofisticado controle de subjetividades, com massificação do egoísmo em atraente e avassaladora captura de corpos e mentes.

Mesmo as expressões “democracia participativa” e “cidadania ativa”, incorporadas pelo glossário pseudo-modernizante de administrações neoliberais – na verdade máquinas totalitárias criadoras de súditos pela dispersão – só recuperam sentido se vinculadas a um projeto comprometido com a cidade socializante, solidária, da reinvenção constante e do trabalho coletivo, da participação popular permanente e do resgate dos espaços realmente comunitários.

A inflexão do Poder Local na direção da radicalização da democracia substantiva, de alta intensidade, do chamamento à auto-organização dos bairros, é meio concreto,

imediatamente imprescindível de melhoria da qualidade de vida dos “de baixo” e, ao mesmo tempo, de acumulação de forças para a construção de uma nova cultura política e de uma nova organização social. Para os aficionados dos textos dos fundadores da doutrina, vale lembrar que Marx considerava a redução da jornada de trabalho um vitória da economia política do socialismo sobre a economia política do capital. Aqui

---

---

*A conquista do poder político numa administração municipal só significa alguma mudança se seus detentores não seguirem a lógica dos empresários monopolistas de vários ramos econômicos – donos da cidade – e do estamento tecno-burocrático que lhe dá sustentação.*

---

---

mais perto, vale ancorar-se no saudoso Hélio Pellegrino, para quem, na perspectiva da ética socialista, “os meios já são os fins, em processo de realização”. É verdade que não se faz socialismo numa só cidade. Tanto quanto que não se administra o menor dos municípios, sob a luz do sonho igualitário e libertário, sem construir, desde já, formas socializantes de administrar e legislar.

## Um programa mínimo

Outra saudável tradição das esquerdas, também esquecida pelos que a abandonaram, em desavergonhada traição, é a elaboração de programas para a conquista e o exercício do poder governamental (que não é todo o poder, lembremos sempre). No “presidencialismo de transação” que as eras FHC e Lula consolidaram, o viés pragmático abafa o programático. Alianças, mesmo as eleitorais, são confeccionadas pelas cúpulas em máquinas de calcular recursos financeiros (boa parte de origem obscura) para as campanhas e tempo de televisão e rádio.

É decisivo e demarcador fazermos diferente, apresentando, desde já, eixos gerais de um programa mínimo para a gestão de cidades na perspectiva do socialismo e da liberdade. Como os que se seguem:

- 1) Mobilização política e protagonismo popular, estimulando a formação de conselhos nos bairros e viabilizando crescente poder decisório para essas novas instâncias participativas;
- 2) Descentralização, com presença efetiva de órgãos da administração e do legislativo nos bairros e regiões, contribuindo para a reconstituição da identidade e do perfil próprio de cada comunidade;
- 3) Transparência total, com publicidade rotineira dos recursos públicos arrecada-

dos e sua aplicação, bem como de todas as ações governamentais, sempre sob controle social;

- 4) Definição de prioridades, a começar por educação, saúde e urbanização, com opção preferencial pelos sem-direitos, e chamamento à solidariedade social;
- 5) Interlocução nacional e inserção planetária, negando o localismo redutor e sintonizando-se, de forma pró-ativa e independente, com as crescentes interconexões entre as instâncias administrativas (municípios, estados, poder central) e o caráter internacionalizado das redes urbanas, na perspectiva de um novo padrão de produção e consumo, ambientalmente viável.

Governar para transformar, abrindo a máquina pública às demandas organizadas da população, é uma consigna que tem nos versos de Pedro Casaldáliga sua melhor tradução:

*“Fazer do povo submisso  
um povo impaciente.  
Fundir os muitos córregos  
numa torrente!”*

Aos oceanos chegaremos.

**Chico Alencar**

*é deputado federal pelo PSOL-RJ.*

# OS SOCIALISTAS E O PODER LOCAL

*Ivan Valente*

## Ajuste fiscal e irresponsabilidade social

**A** questão do poder local e do Socialismo certamente não é nova. Já era complexo ultrapassar os limites da gestão do Estado e do capitalismo no governo local pelas interferências e limitações impostas pelo capital. A partir das restrições impostas, por um contexto mais adverso, de centralização orçamentária e da famigerada Lei de Responsabilidade Fiscal, seria possível ultrapassar os limites da gestão do Estado, a partir do poder local?

A primeira constatação é que não há socialismo sem o local, assim como não há socialismo só com o local. Os neoliberais sabiam disso. E durante a década de 1990 procuraram descentralizar a aplicação das políticas sociais e centralizar os recursos na União. Essa lógica perversa quebrou o pacto federativo, levando o Estado brasileiro a centralizar e drenar recursos públicos dos municípios para a União com a finalidade de fazer o ajuste fiscal. E deixou aos municípios a responsabilidade de aplicação de várias políticas sociais, sem os recursos necessários.

A Lei de Responsabilidade Fiscal em nada contribuiu para enfrentar a fragilidade fiscal

da economia nem erradicou a corrupção que pulula no Estado brasileiro. Mas, a LRF cumpriu o papel para o qual fora planejada: centralizou e drenou recursos públicos dos municípios para a União e garantiu o ajuste fiscal e

---

*Para fazer avançar o poder popular e políticas públicas capazes de atender aos mais pobres é preciso avançar em tarefas socialistas e combater a lógica do ajuste fiscal e da LRF. Esse deve ser um dos objetivos gerais que articula o governo local com uma nova institucionalidade e um projeto socialista e popular.*

---

o pagamento religioso da dívida pública. Com isso se institucionalizou a “irresponsabilidade social” prejudicando, sobretudo, aqueles que mais precisam das políticas sociais.

Qualquer proposta que procure articular o socialismo com o poder local deve levar em consideração esse contexto. Para fazer avançar o poder popular e políticas públicas capazes de atender aos mais pobres é preciso avançar em tarefas socialistas e combater a lógica do ajuste fiscal e da LRF. Esse deve ser um dos objetivos gerais que articula o governo local com uma nova institucionalidade e um projeto socialista e popular.

### **Os socialistas e a disputa do poder local**

O Brasil é hoje um dos países com as maiores taxas de urbanização do mundo, em que quatro em cada cinco brasileiros moram nas cidades. É no urbano que milhões vivenciam a experiência do desemprego, da precarização e mercantilização dos serviços públicos, da insegurança urbana, da falta de moradia digna, da privatização dos espaços públicos, da segregação sócio-espacial. É na cidade onde essas contradições se manifestam de modo mais agudo.

São Paulo é uma cidade que vivencia substancialmente essas contradições. Aqui habitam 10,8 milhões, o orçamento é o terceiro maior do país, parte significativa das indústrias, dos serviços e suas sedes está na cidade. Porém, se a riqueza está presente, a pobreza tem dimensões significativas. Hoje, um em cada cinco paulistanos está desempregado, um em cada seis mora em

favelas ou em habitações precárias, 1,2 paulistanos em cada dez estão abaixo da linha de pobreza e sobrevivem com menos de 75 reais por mês. Enquanto 20% dos mais pobres detêm 2% da renda, os 20% mais ricos capturam 65,9%. Entre jovens, crianças, idosos e mulheres as conseqüências são ainda mais graves: homicídios entre jovens, uma criança em cada cinco vive em famílias que recebem menos de meio salário mínimo.<sup>2</sup>

Portanto, é preciso fazer retroceder esse poder de classe que piorou as condições de vida de milhões de paulistanos, concentrou riqueza nas mãos de alguns privilegiados e tornou a vida em São Paulo sócio-ambientalmente pior. Hoje a frota de veículos é de cinco milhões, ou seja, um para cada dois habitantes. Esse modelo sócio-ambientalmente destrutivo afeta, sobretudo, aqueles que necessitam utilizar o serviço de transporte público e despeja no ar até cem vezes mais monóxido de carbono que no caso de um modelo que priorizasse o transporte público. Nas cidades brasileiras, os automóveis privados transportam cerca de 20% dos passageiros e ocupam 60% das vias públicas, enquanto os ônibus, que transportam 70% dos passageiros, ocupam 25% do espaço. Em São Paulo, entre aqueles que recebem até um salário mínimo o tempo de deslocamento para o trabalho atinge em média uma hora e 25 minutos.

---

2 Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

É preciso estruturar políticas que tenham por finalidade a superação desse modelo “consensual” que aproxima os agentes públicos, independente das diferentes perspectivas, e reproduz soluções semelhantes para um contexto político que demanda uma superação estrutural do modelo urbano até agora adotado.

### **Elementos para a disputa**

Assim, acreditamos que cinco eixos devem estruturar uma visão socialista sobre o poder local:

*a) Protagonismo popular e planejamento participativo:* fazer a cidadania tomar o poder em suas próprias mãos. Ampliar o protagonismo popular, criar canais de participação e decisão efetiva sobre os destinos da cidade e se contrapor à tendência anti-democrática e tecnocrática que tem imperado na quase totalidade dos governos municipais. Mas, colocar a participação como eixo estruturador significa combater duas visões. A primeira é a saída conservadora tradicional que anula a participação popular e adota mecanismos autoritários de gestão. O segundo, é ultrapassar uma visão que ganhou até alguns setores ditos de esquerda, de transformar a participação popular num instrumento que torna o povo um “administrador” de sua própria exclusão. É preciso, além

de criar mecanismos de participação, colocar nas mãos da cidadania a possibilidade de planejar a cidade, de avan-

---

*Ampliar o protagonismo popular, criar canais de participação e decisão efetiva sobre os destinos da cidade e se contrapor à tendência anti-democrática e tecnocrática que tem imperado na quase totalidade dos governos municipais.*

---

çar em fatias maiores de administração e controle do orçamento, reforçando o que poderíamos chamar de “planejamento participativo”.

*b) Inversão de prioridades:* compreender a cidade como lugar de conflitos de interesses e transformar o governo num instrumento de combate à desigualdade social. Um governo do PSOL deve inverter prioridades e buscar governar com as maiorias excluídas dos processos decisórios em detrimento dos interesses econômicos e financeiros que sempre se apropriaram dos frutos desse crescimento.

c) *Políticas sociais universais*: uma das condições básicas para efetivar políticas sociais de cunho universal é retomar o papel do Estado, desprivatizando-o e tornando-o público. Fazer com que o Estado possa regular, induzir políticas, orientar programas e adotar uma perspectiva universalista. É inegável que qualquer política que é aplicada em São

ção do modelo econômico neoliberal. É preciso dar atenção especial a políticas universalizantes em contraponto a políticas compensatórias ou focadas que remediam os efeitos e não combatem as causas. Assim, é necessário nas áreas de educação e saúde investir recursos para universalização dos serviços, principalizando o atendimento a partir do Estado e investir em políticas de valorização do funcionalismo público, em termos salariais e de formação.

---

*O difícil caminho que faz avançar as reformas e que as torna trampolim para mudanças mais e mais importantes só é possível fazer com a condição de que o povo seja sujeito principal em ato, que o conflito seja a essência do governo popular em combater os privilégios e interesses dos de cima.*

---

d) *Governabilidade, financiamento de campanha e combate à corrupção*: a questão de como governar e para quem governar é uma decisão que se estabelece desde o início da disputa. E um dos elementos que determina o perfil e a composição do futuro governo se relaciona ao financiamento de campanha. Isso define o governo, na medida em que aqueles que financiam batem à porta no momento seguinte para determinar as políticas e os investimentos dos governantes. A questão do financiamento se relaciona diretamente com os desvios de conduta e com a corrupção que advém desse tráfico de interesses. O compromisso com a ética e a transparência é obrigação de todo governo e mais ainda conforme os princípios dos socialistas. Mas, só se governa do ponto de vista popular se o financiamento das campanhas for obra dos maiores interessados nas mudanças.

Paulo tem conseqüências imediatas para além da cidade. Um dos elementos principais de restrição e constrangimento fiscal, por exemplo, diz respeito à dívida pública. São Paulo poderia ter um papel destacado numa renegociação dessa dívida, o que certamente teria implicações nacionais para uma altera-

e) *Novos valores*: os socialistas não devem se tornar meros gestores do capital. Devem entender que, na medida em que participam de fatias do poder dominante, a luta pela superação dessa ordem é o objetivo estruturante. Não é possível compreender que de uma sucessão de pequenas conquistas e melhorias será possível inverter prioridades e alterar estruturalmente as relações de poder e os mecanismos políticos e econômicos que reproduzem e perpetuam esta ordem. É preciso fazer das ações uma constante pedagogia popular, num processo dialético de educação que transforma o povo e é transformado por ele, tornando as pequenas mudanças o pavimento para transformações maiores e as impossibilidades estruturais o fermento que faz crescer na consciência popular a necessidade de superar o reino do capital.

É preciso atenção aos mecanismos que enredam experiências potencialmente emancipatórias e libertadoras em instrumentos de gestão que ao invés de avançar, aprisionam experiências populares libertárias. O difícil caminho que faz avançar as reformas e que as torna trampolim para mudanças mais e mais importantes só é possível fazer com a condição de que o povo seja sujeito principal em ato, que o conflito seja a essência do governo popular em combater os privilégios e interesses dos de cima.

A *polis* é o lugar do conflito e da democracia. Em tempos de gestão neoliberal e tecnocrática, as cidades podem ser importante instrumento para reverter essa dinâmica. Cabe aos socialistas interpretar esses sinais e transformá-los em política capaz de despertar milhões para a esperança de mudanças na direção da construção de um projeto igualitário, democrático e libertador.

**Ivan Valente**

*é deputado federal pelo PSOL-SP.*

# CONCEPÇÃO DE GOVERNO E EIXOS PROGRAMÁTICOS PARA AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

*Martiniano Cavalcante*

## 1. Introdução

**E**ste texto expressa as linhas mestras de nossa concepção de governo e de programa para a disputa das eleições municipais de 2008

Temos consciência de que a cidade não é uma ilha onde se possa construir um paraíso isolado da situação política, econômica e social predominantes no Brasil e no mundo. A concentração de renda e de riqueza presentes em nossa cidade têm origem no sistema capitalista e no projeto neoliberal defendido e implementado por todos os partidos e forças políticas que governaram e que governam o Brasil.

A pobreza, o desemprego, a violência, o sucateamento dos serviços públicos são conseqüências de um sistema no qual o poder político é o principal instrumento para garantir os privilégios e o enriquecimento de uma minoria, associada e subordinada aos interesses do grande capital nacional e internacional.

Neste sistema, a classe dominante usa e abusa dos meios de comunicação para criminalizar, desestimular e cooptar os movimentos e lideranças do povo que ousam se organizar e mobilizar para defender seus próprios direitos. Quando a cooptação não é suficiente, lança mão diretamente do aparato policial e da violência estatal.

Os assassinatos do perueiro José Marcos e dos sem teto do Parque Oeste Wagner e Pedro demonstram a serviço de que classe social está o poder político em nossa cidade. Em ambos os casos, PT, PSDB, DEM, PMDB, PTB e outros estiveram sempre ao lado dos capitalistas e dos especuladores.

As expectativas de alteração dessa lógica do poder despertadas pelo PT foram se frustrando progressivamente com a conquista de Prefeituras pelo Partido e as experiências práticas com o modo petista de governar. Elas foram um prenúncio da completa rendição do governo Lula ao grande capital, em geral, e ao seu setor hegemônico e mais reacionário, o capital financeiro, em particular.

A conclusão deste ciclo histórico se deu com o surgimento de muitas contradições e possibilidades novas, mas também trouxe muita confusão. Se, de um lado, possibilitou o surgimento do PSOL como expressão de forças políticas minoritárias que tentam construir uma nova concepção de

---

*A pobreza, o desemprego, a violência,  
o sucateamento dos serviços públicos  
são conseqüências de um sistema  
no qual o poder político é o principal  
instrumento para garantir os privilégios  
e o enriquecimento de uma minoria,  
associada e subordinada aos interesses  
do grande capital nacional e internacional.*

---

ação política, fez também com que, por outro lado, se juntassem fenômenos de aparências antagônicas como o governismo em sua defesa intransigente da colaboração de classes e o esquerdismo dogmático com o seu eterno propagandismo da revolução socialista. Estranhos entre si apenas na aparência, ambos fortalecem a idéia de

que na vida política concreta, cheia de dejetos, nada é permitido a não ser a reprodução da imundície do capitalismo. Assim, os primeiros guardam suas convicções socialistas e revolucionárias nas lembranças românticas de sua juventude e justificam sua traição política como resultante inevitável da vida concreta, enquanto que os segundos evitam a vida concreta para guardar suas convicções revolucionárias que um dia serão convocadas à prática no reino dos céus.

Estes dois antípodas na aparência e xipófagos na essência não são novidades na história. Eles sempre vêm ao mundo na forma de aborto de uma evolução necessária para interrompê-la, derrotá-la ou adiá-la.

No último período de nossa história, podemos constatar o quanto ambos foram capazes de esterilizar as forças sociais e políticas transformadoras. De um lado, a maioria do PT com o seu pragmatismo de direita e, de outro lado, uma grande variedade de grupos ultra-esquerdistas que foram incapazes de se consolidar como alternativa política apesar da gigantesca tragédia da conversão do PT às forças do capital.

Essas experiências mostram que para construir um projeto revolucionário vitorioso será necessário superar estas duas vertentes. É preciso negar de maneira resoluta a sujeição aos pressupostos políticos da classe dominante, através de uma elabora-

ção teórica antagônica a eles, mas é preciso também que esta elaboração transforme-se em prática concreta e, nesta prática, seja acolhida como uma necessidade das particularidades, das instâncias onde se realizam a vida, onde se funda o modo de existência predominante e suas contradições insanáveis. Então, neste caso, pode ocorrer um fenômeno de nova qualidade política e social, ou seja, a fusão de uma elaboração geral com as necessidades particulares da vida concreta, desencadeando a partir disso uma batalha mortal entre o florescimento de uma nova hegemonia e a preservação da anteriormente existente. A conclusão desta batalha não se dá por um desenlace instantâneo. Ela se realiza após um período de acumulação política no qual a disputa se manifesta em todas as esferas da vida social, das mais simples às mais complexas. Neste aspecto, a experiência do PT tem muito a nos ensinar, não só pela negativa. O PT se empenhou corretamente para ocupar todos os espaços da vida política, desde os sindicatos e associações comunitárias até as várias instâncias do aparelho de estado, especialmente do poder executivo. Isto foi um grande acerto. O equívoco fundamental do PT estava nas limitações originais e no caráter ideológico e político de seu projeto e de sua direção. Ambos foram vocacionados desde o início, a moldarem-se às instituições e à ordem vigente e revelaram desde muito cedo sua incapacidade congênita de transformá-las. Este é o limite do modo petista de governar, que o PSOL terá que su-

perar caso queira ser protagonista na construção de uma alternativa de poder capaz de superar o poder do grande capital.

E como fazê-lo? Resposta para esta pergunta só poderá ser fruto de uma experiência histórica construída sob a clareza de propósitos, a coerência e a firmeza. Lembremos que estas serão as primeiras elei-

---

---

*O PT se empenhou corretamente para ocupar todos os espaços da vida política, desde os sindicatos e associações comunitárias até as várias instâncias do aparelho de estado, especialmente do poder executivo. Isto foi um grande acerto. O equívoco fundamental do PT estava nas limitações originais e no caráter ideológico e político de seu projeto e de sua direção.*

---

---

ções municipais a serem disputadas pelo PSOL, e por serem o início da caminhada deveremos definir, da melhor forma possível, os marcos de nosso rumo.

Assim é que sugerimos as seguintes definições políticas como norteadoras de nosso programa para as eleições 2008:

a) A postura de oposição global ao regime político e aos partidos que o sustentam. Somos oposição de esquerda e lutamos

---

*A base para a construção de um novo projeto socialista é a gestão coletiva das empresas, serviços e programas econômicos diretamente pelos que neles trabalham e que deles dependam. Esta gestão deve estar organicamente ligada à população usuária de serviços e produtos.*

---

para construir um projeto hegemônico na sociedade que naturalmente, à medida que se afirme, provocará descolamentos em setores de partidos pequeno-burgueses que hoje se constituem em base de sustentação do governo. Este é o caso do PV em Porto Alegre que, ao apoiar a candidatura de Luciana Genro, confirma o acerto de nossa política no RS.

b) O combate ao neoliberalismo materializado em uma proposta radical de desprivatização do aparelho estatal do município e da denúncia da subordinação das finanças municipais ao caixa da união, hoje totalmente controlado pelo capital financeiro. Esta denúncia deverá ser realizada de forma concreta, através de uma campanha para alterar as normas legais que impedem a municipalidade de cobrar o ISSQN dos bancos, e de uma auditoria cidadã da dívida pública municipal, realizada por representantes dos movimentos sociais e entidades da sociedade civil, cujo propósito será desmascarar diante de cada cidadão a espoliação exercida pelo capital financeiro contra os cofres da municipalidade.

c) Proposta de gestão política e econômica exercida diretamente pelos trabalhadores do serviço público municipal, especialmente os que trabalham em atividades fins como saúde e educação, por exemplo, e pelas comunidades usuárias dos serviços públicos municipais.

d) O fomento de uma nova economia na cidade, baseada na cooperação e na solidariedade, envolvendo os micro e pequenos proprietários, os trabalhadores autônomos, informais e desempregados, estimulando sua auto-organização em empresas coletivas de caráter solidário e cooperativo.

e) Realização de uma verdadeira reforma urbana, que reduza as desigualdades sociais e amplie o conceito de espaço público, equacionando a questão do solo urbano e o problema habitacional, além de retomar o controle municipal sobre os serviços essenciais como transporte, saúde e saneamento.

## **2. Uma velha necessidade e uma nova possibilidade: a democracia direta com orientação socialista**

A gestão política e econômica exercida diretamente pelos trabalhadores, pela juventude, pelas comunidades populares da sociedade civil trabalhadora hoje explorada, oprimida, dominada e excluída; este é o verdadeiro desafio deste início de século XXI.

Apoiando-nos na apropriação dos poderosos meios científicos e tecnológicos disponíveis na atualidade, reformularemos seus conceitos, subordinando-os aos interesses da maioria do povo, e fundindo-os com a energia de milhares de pessoas para transformá-la em força material irresistível, transformadora e revolucionária.

A base para a construção de um novo projeto socialista é a gestão coletiva das empresas, serviços e programas econômicos diretamente pelos que neles trabalham e

que deles dependam. Esta gestão deve estar organicamente ligada à população usuária de serviços e produtos.

Este é o trilho que nos leva a propor em todas as áreas, desde a gestão direta da máquina pública até a substituição de empresas privadas capitalistas, empreiteiras etc. por coletivos autônomos de trabalhadores hoje desempregados, subempregados ou explorados, tudo fiscalizado e controlado por conselhos públicos de usuários.

Do mesmo modo é possível pensar a informática aplicada à figura de uma sociedade em rede, para acelerar a difusão socializada do conhecimento e da cultura. Mas sobretudo este seria um mecanismo fundamental para realizar uma verdadeira democratização do poder através da participação instantânea e permanente dos indivíduos na tomada de decisões. Esta é a fantástica possibilidade de refazer a democracia direta dos gregos, da comuna de Paris, dos soviets, sem escravos, sem burocratas, sem a cruel divisão entre os que mandam e os que obedecem, os que decidem e os que executam, os que trabalham e os que desfrutam.

A fabulosa configuração de um Estado dissolvido em células autônomas e interativas encontrou finalmente sua base material que pode e deve ser experimentada no plano municipal.

Do mesmo modo abrem-se as possibilidades de um planejamento econômico e de uma divisão do trabalho realmente democráticos. Baseando-nos nestes pressupostos para um novo projeto socialista é que apresentamos nossa proposta de governo para Goiânia, porque os trabalhadores e o povo devem e podem governar.

---

*A fabulosa configuração de um Estado dissolvido em células autônomas e interativas encontrou finalmente sua base material que pode e deve ser experimentada no plano municipal.*

---

### **Acabar com a corrupção e os privilégios, democratizando o poder e multiplicando sua eficiência**

A estrutura e o método de administração atual, absolutamente verticalizada e concentrada, fundada em cargos de confiança, divide a máquina da prefeitura em feudos de grupos políticos e econômicos que transformam os negócios públicos em esquemas de corrupção. São licitações viciadas para compra de produtos, contratação de empresas e cabide de emprego para os cabos eleitorais e parentes. Tudo isto consome os recursos do município na manutenção de uma máqui-

na viciada, corrupta e ineficiente, que enriquece os administradores e seus sócios ou financiadores. A maioria da população e os servidores públicos não têm nenhum controle da administração, recebendo as sobras das negociatas e da corrupção, sem jamais verem satisfeitas suas necessidades e resolvidos seus problemas.

Vamos inverter essa lógica e estabelecer a Gestão Direta da Administração e dos negócios públicos pelos servidores e pela população.

### **Congresso dos trabalhadores e do povo goianiense**

A instância máxima de decisão no município será composta por delegados eleitos em congressos nos bairros da cidade, em número diretamente proporcional à população, na proporção de 01 para cada 500 eleitores, sem remuneração para o exercício do mandato.

Os mandatos dos delegados terão duração máxima de um ano, podendo ser revogados a qualquer momento pelo congresso de base que os elegeu.

O congresso dos trabalhadores e do povo goianiense se reunirá a cada 03 meses ordinariamente, ou em emergências, e deliberará sobre todos os assuntos da prefeitura, desde o quadro funcional e a estrutura administrativa até a aplicação orçamentária.

Serão colocados à sua disposição todos os meios técnicos para o perfeito acompanhamento da administração municipal, que disponibilizará todas as informações, sem nenhuma restrição (via Internet), para toda a população, em cada unidade da prefeitura, e o conselho de base em cada bairro.

### **Conselho de servidores**

Serão reduzidos ao mínimo possível os cargos comissionados e em cada unidade administrativa os funcionários de carreira elegerão um secretariado de direção do órgão, que poderá ser substituído a qualquer momento pela assembleia que o elegeu, podendo esta ser convocada pela base ou pelo Prefeito. Os eleitos para este secretariado não terão qualquer privilégio financeiro ou material, mantendo as condições originais de suas carreiras. Esta regra deverá ser aplicada em todas as unidades administrativas cujas atividades sejam atividades fins (saúde, educação, assistência social etc.), em outras cuja função é organizar atividades externas à Prefeitura caberá à comunidade alvo, a eleição do secretariado, como é o caso da SEDEM, responsável pela organização das feiras da cidade; já em secretarias com funções exclusivamente de atividades meio como a Secretaria de Finanças, os funcionários de carreira elegerão as diretorias ligadas às áreas de recursos humanos e organização do trabalho.

A reunião dos secretariados de cada órgão constituirá o conselho dos servidores municipais. Ele terá a atribuição de aplicar as diretrizes emanadas do congresso dos

---

---

*O desemprego é a mais séria mazela estrutural do capitalismo no mundo e no Brasil em particular. Produto mais acabado da era da automação, da robótica e da informática, assume em nossa terra a face de uma verdadeira desgraça.*

---

---

trabalhadores e do povo goianiense, além de, juntamente com as organizações sindicais, elaborar as propostas de planos de cargos e salários e de qualificação profissional dos servidores.

O prefeito contará com um conselho político consultivo, por ele nomeado, que terá atribuições de planejamento, elaboração política e fiscalização do desempenho de atividades do secretariado de direção dos órgãos. Esta equipe estará ligada diretamente ao gabinete do prefeito e submeterá suas sugestões e propostas ao conselho dos trabalhadores e do povo goianiense.

---

*No lugar da repressão a camelôs, fábricas de fundo de quintal, moto taxistas, perueiros, jornaleiros, pit-dogs etc. vamos apoiá-los e estimular sua organização coletiva. Esta é uma proposta realista, capaz de aglutinar a força de milhares de goianienses que se encontram na "clandestinidade"; tratados como marginais pelo poder público, por teimarem em buscar trabalho quando o sistema insiste em excluí-los.*

---

### **3. Trocar lucro por emprego**

O desemprego é a mais séria mazela estrutural do capitalismo no mundo e no Brasil em particular. Produto mais acabado da era da automação, da robótica e da informática, assume em nossa terra a face de uma verdadeira desgraça. É impossível pensar em resolvê-lo de forma conseqüente na esfera das ações municipais. Mas é possível mobilizar a força e a justeza da luta contra essa chaga, usando a administração municipal para apontar o caminho, fomentar a esperança e mitigar o sofrimento.

A prefeitura sob orientação socialista não destinará um centavo de seu orçamento para empresas capitalistas.

Todos estes contratos serão rompidos e os serviços prestados por empreiteiras e empresas terceirizadas serão executados diretamente pela prefeitura ou por empresas coletivas de trabalhadores desempregados. Eles serão chamados a se organizarem e a prefeitura colocará à sua disposição todo aporte técnico e gerencial necessário.

Parte dessa proposta já está incorporada pela opinião pública, pois desde 1996 temos impulsionado este debate. Nosso vereador Elias Vaz teve participação destacada nas Comissões Especiais de Inquérito da Enterpa (coleta de lixo) e da ITA (locação de veículos) que contribuíram para a ruptura de parte destes contratos, gerando enorme economia para os cofres públicos.

Desenvolveremos o maior plano de serviços e obras públicas jamais realizado em Goiânia.

Em cada região, os que ali se encontram desempregados executarão as obras decididas pelo conselho dos trabalhadores e do povo goianiense, usando técnicas simples, geradoras de emprego.

A pavimentação, a captação de águas fluviais, os centros de saúde, as esco-

las, a moradia, a coleta seletiva de lixo serão realizadas a preços com maior impacto social.

### **Não à exploração e ao trabalho alienado**

As empresas coletivas de trabalhadores que prestarão serviços e construirão as obras para o município se organizarão sob métodos democráticos, horizontalizados. Além disso, a remuneração será dividida coletivamente, buscando a redução das diferenças de remuneração entre as funções.

O tempo de trabalho efetivo será limitado a trinta e seis horas semanais. A qualificação profissional, política e cultural será obrigatória para todos os participantes e será realizada ocupando uma parte do tempo livre adquirido com a redução da jornada de trabalho.

### **Organizar os pequenos proprietários**

No lugar da repressão a camelôs, fábricas de fundo de quintal, moto taxistas, perueiros, jornaleiros, *pit-dogs* etc. vamos apoiá-los e estimular sua organização coletiva. Esta é uma proposta realista, capaz de aglutinar a força de milhares de goianenses que se encontram na “clandestinidade”, tratados como marginais pelo poder público, por teimarem em buscar trabalho quando o sistema insiste em excluí-los.

A construção dos espaços urbanos de convivência e lazer e a revitalização do centro contarão com a participação decisiva desses trabalhadores. Ao mesmo tempo, a prefeitura buscará organizá-los coletivamente, multiplicando sua força política e econômica, oferecendo-lhes apoio técnico-gerencial e ajudando-os a buscar o financiamento para suas instalações e funcionamento em locais apropriados, projetados em harmonia com uma cidade que será revolucionada para satisfazer o ser humano em vez de privilegiar a concentração e elitização dos serviços, do comércio e do lazer. Um bom exemplo do alcance dessas medidas é a Feira Hippie, onde trabalham mais de quarenta mil pessoas, sem que jamais tenha recebido qualquer apoio governamental. Uma política como a que propomos pode potencializar enormemente estas verdadeiras forças dos trabalhadores e pequenos proprietários que hoje são esmagadas pelo grande capital e pelo poder político a seu serviço.

### **4. A reforma urbana que Goiânia precisa: a periferia será o centro**

A estrutura urbana da cidade capitalista penaliza a população pobre concentrando os equipamentos e serviços nos centros nobres próximos aos locais habitados pelas camadas mais ricas da população, enquanto a parcela mais pobre do povo ocupa as periferias, áreas degradadas, dotadas de uma precária infra-estrutura.

Estamos propondo uma reforma urbana presidida pela necessidade de inverter esta lógica, socializando os investimentos e serviços públicos de maneira

---

---

*Grandes parques e espaços urbanos serão destinados ao pequeno comércio, serão indutores da urbanização e funcionarão como centros regionais da cidade voltados para atividades culturais, educativas e de lazer facilitando a integração e promoção social, com especial atenção para a juventude e para o idoso.*

---

---

combinada com a utilização da lei de uso do solo urbano, os códigos de posturas e tributário, para induzir a iniciativa privada a estender seus serviços e estrutura até a periferia.

Vamos propor ao conselho dos trabalhadores e do povo goianiense um critério básico de distribuição dos investimentos do município. Tal critério levará em conta o número de habitantes por região ou bairro, combinando-o com os investimentos públicos ali já realizados. Os que mais receberam receberão

menos e os que menos receberam receberão mais, iniciando a correção das distorções acumuladas no passado.

Ao mesmo tempo será estabelecida uma completa descentralização dos serviços municipais para que o funcionário trabalhe perto de onde mora e o morador tenha próximo à sua moradia centros de atendimento para tudo que ele tenha que tratar junto à prefeitura.

A lei de uso do solo será modificada, estimulando a ocupação dos vazios urbanos, impedindo a instalação de bancos, hospitais e determinados tipos de comércio onde estes existam em grande quantidade, forçando seu deslocamento para regiões de alta demanda. Além disso, serão incorporados os critérios de impostos progressivo e regressivo, solo-criado e taxas de funcionamento segundo o interesse social.

Estes instrumentos golpearão a especulação imobiliária, disponibilizando o solo urbano em Goiânia para a realização de um revolucionário programa habitacional. Dotarão a municipalidade de instrumentos eficazes no controle da ocupação urbana para que ela se dê de modo responsável e planejado segundo o ideal basilar que é a qualidade de vida do ser humano.

Um tema especial desta reforma urbana será a construção de espaços públicos de con-

vivência, lazer e cultura. Grandes parques e espaços urbanos serão destinados ao pequeno comércio, serão indutores da urbanização e funcionarão como centros regionais da cidade voltados para atividades culturais, educativas e de lazer facilitando a integração e promoção social, com especial atenção para a juventude e para o idoso. O programa para a revitalização do centro de Goiânia está incluído neste critério e será executado afastando os automóveis de várias ruas, transformando-as em espaços destinados às atividades musicais, ao pequeno comércio, aos serviços como restaurantes, bares, casas de show, cinemas, ao lazer e à cultura, dentro de uma estética que preserve nosso patrimônio cultural, sem violentar a história da cidade, os assentamentos e ocupações que com ela tenham se desenvolvido em harmonia.

### **A questão da habitação e do uso do solo urbano**

As mudanças que proporemos na lei do uso do solo e no código tributário imporão pesadíssimos ônus financeiros a um pequeno grupo que controla grandes extensões de terra no município (na área urbana ou de expansão urbana). Eles aguardam que os investimentos públicos valorizem estas áreas para depois transformá-las em lucro fácil com a venda de terrenos a preços abusivos. O programa Banco de Lotes que obriga que 15% dos novos loteamentos sejam doados ao município e a aprovação

do imposto progressivo, ambos incluídos no Plano Diretor, associados às medidas que propomos derrubarão brutalmente os preços dos imóveis, hoje nas mãos de especuladores (são 100 mil lotes vazios na cidade, nas áreas nobres e nas áreas de expansão urbana), facilitando a realização de um audacioso programa habitacional capaz de garantir uma moradia decente para quem não tem onde morar.

Nosso programa para suprir o déficit habitacional em Goiânia, contando com a disponibilidade de terrenos gerada pelo combate à especulação imobiliária e por desapropriações, quando necessário, se apoiará em três pilares: organização da autoconstrução, luta pela ampliação das fontes e formas de financiamento e criação da central de difusão de materiais e técnicas alternativas.

Mais de 60 % das moradias populares na América Latina são produto da autoconstrução.

Nossa proposta é organizar este esforço heróico do povo trabalhador através de uma grande mobilização de toda a comunidade goianiense.

Realizaremos uma radiografia criteriosíssima da situação em cada bairro e organizaremos a demanda por habitação em um movimento político de reivindicação e solidariedade.

A prefeitura desenvolverá com estes grupos organizados a captação de financiamento para aquisição de material, fornecerá equipamentos e contratará cooperativas de trabalhadores para aportar a mão-de-obra complementar para a construção.

A prefeitura construirá, em várias regiões da cidade, centrais de produção e distribuição de materiais de construção, de difusão de projetos, técnicas construtivas e orientação gerencial. Cooperativas de trabalhadores, hoje desempregados (do servente ao engenheiro e arquiteto), serão contratadas para desenvolver e construir projetos habitacionais a baixo custo. Outros produzirão em larga escala materiais que demandam relativa simplicidade técnica, tais como elementos de alvenaria, materiais de reciclagem, esquadrias, lajes, tintas etc., que serão destinados às obras. Pequenas empresas familiares, de fundo de quintal ou clandestinas, que produzem materiais similares serão chamadas a constituírem um condomínio de pequenos fornecedores para o nosso programa habitacional, recebendo em troca a regularização fiscal e aporte técnico-gerencial.

## 5. Conclusão

Este esboço de proposta de Governo tem como pressuposto para seu desenvolvimento a incorporação autônoma dos sujeitos sociais com os quais queremos partilhar a responsabilidade de governar. Assim, nossa proposta só poderá ser desenvolvida tecnicamente através da incorporação dos diversos setores sociais, da educação, da saúde, da cultura, do planejamento urbano, dos feirantes, dos sem-tetos, à elaboração coletiva deste programa. O único pressuposto do qual não abrimos mão transita há mais de 150 anos pelos caminhos da esquerda socialista sem jamais ter encontrado um porto seguro onde pudesse fincar raízes e desenvolver-se livremente. Nós queremos abrigá-lo e transformar as tintas que escreveram no passado “A libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” em sentimentos humanos reais, em força política que ressurgir, em movimento que recomeça.

**Martiniano Cavalcante**

*é presidente do Diretório do PSOL-GO  
e membro da Executiva Nacional do partido.*

# POR UMA PRÁTICA REVOLUCIONÁRIA NA INSTITUCIONALIDADE BURGUESA

*Afrânio Boppré*

*“Sonhar mais um sonho impossível  
Lutar quando é fácil ceder  
Vencer o inimigo invencível  
Negar quando a regra é vender...”*

*Da música Sonho Impossível  
de Chico Buarque e Ruy Guerra*

**O** tema proposto é precioso. Uma oportunidade para debate que se bem aproveitada nos faz ganhar quilômetros que temos a percorrer. É, pois, um chamado à prática e à teorização.

## **Socialismo e Poder Local**

Inicialmente uma pergunta se faz necessária. Afinal, qual a relação existente entre socialismo e Poder Local? Não estaria o socialismo mais afeito ao Poder Global? Isto é, seguindo nossos clássicos (Marx, Engels, Lênin, Rosa, Trotski, Florestan etc.) não seria o socialismo uma proposta de sociedade que só se materializaria em escala mundial? Sim, mas eles também já apontavam que o socialismo só triunfará mediante uma estratégia (um caminho que se supõe que se percorrido nos levará ao nosso objetivo: o socialismo).

Antes de qualquer coisa, é necessário caracterizar o momento em que estamos. Vivemos um tempo no qual a ofensiva dos ideais burgueses colocou a esquerda como um todo na defensiva. Vivemos sob a égide do pensamento único; do “fim da história”; do “último degrau da escada”. Houve um revés político e ideológico, o que explica, mas não justifica a capitulação de setores que sempre se afirmavam como do campo socialista. Em uma perspectiva de balanço macro-político do século XX István Mészáros em *O desafio e o fardo do tempo histórico* aponta: “O século XX testemunhou não apenas a primeira grande tentativa de estabelecer uma sociedade pós-capitalista, mas também a implosão desse tipo de sociedade tanto na União Soviética, como por toda a Europa Oriental. Não é surpreendente, pois, que os defensores acríticos da ordem social do capital celebrem essa implosão como o retorno saudável à sua ordem ‘natural’ após um desvio errático. Eles têm agora a ousadia de postular a permanência absoluta das condições estabelecidas, não obstante todos os perturbadores sinais de instabilidade perigosa, ignorantes das crises econômicas e ecológica que se aprofundam e da guerra, mais ou menos permanente, endêmica a seu sistema”.

No entanto, somos sabedores da necessidade de resistir a esta ofensiva burguesa e manifestar a convicção de que a história não está escrita e de que um novo mundo é possível e necessário. Neste sentido, formulamos a idéia de que os socialistas devem combinar a luta *por dentro* e *por fora* da or-

---

*Vivemos um tempo no qual a ofensiva dos ideais burgueses colocou a esquerda como um todo na defensiva. Vivemos sob a égide do pensamento único; do “fim da história”; do “último degrau da escada”.*

---

dem social burguesa e sincronizá-las, aplicando o sentido e as energias destas lutas *contra* a mesma ordem social burguesa. Esta formulação reconhece a importância da luta institucional na estratégia de construção do socialismo e abre espaço para o debate do Poder Local mesmo que ainda com muitas imprecisões e pouco aprofundamento.

O Poder Local, neste sentido, estaria contido em nossa estratégia. Sendo assim, desde já nego uma possível conclusão simplista de que o socialismo seria então o resultado da somatória, matematicamente falando, de

poderes locais até que se alcançasse o Poder Global. Não, não se trata de somatória e sim de acumulação política de forças. Onde os espaços conquistados nos poderes locais (ainda que burgueses) deveriam na contradição ser dirigidos, voltados e potencializados para a construção de uma nova hegemonia, pois o nascer da nova formação social (o socialismo) exige que se altere a correlação de forças, de tal modo que a força da atual sociedade capitalista se enfraqueça, e que haja uma inversão, instaurando-se uma supremacia das forças socialistas.

### **Acumulação ou desacumulação de forças?**

Têm razão aqueles que acusam que boa parte das experiências das esquerdas acabaram tornando-se tônicos do capital. Governar um município pode acumular ou desacumular forças. Tudo depende de nossas capacidades técnico-políticas e da concepção política de governo que vamos atribuir: se alternativa à ordem social vigente ou mera gestora e reprodutora. Quando falo de alternativa, não reduzo a questões de caráter pontual, “melhoristas” e adaptadas às estruturas de dominação e exploração capitalistas.

Do ponto de vista teórico, já sabemos da incapacidade sistêmica do modo de produção capitalista em oferecer soluções estruturais às contradições por ele engendradas e, por outro lado, é forçoso reconhecer que ainda não se reúnem as condições para via-

bilizar a sua superação. A via institucional nunca foi o espaço das grandes rupturas e no âmbito do Poder Local, desprovido do controle de instrumentos fortes e potentes para operar o grande giro, menos ainda. Sendo assim, este impasse, gera uma espécie de angústia intelectual e exige uma estratégia de atuação combinada: movimentos sociais produtores de mudança e atuação institucional por meio de políticas públicas. Acumular forças para alterar a desfavorável correlação de forças existente é o desafio.

Para as experiências que foram sorvidas e viraram espaços de reprodução do capital localizo causas que precisam ser trabalhadas e são desafiadoras para o PSOL. Falta de clareza dos limites e potencialidades dos espaços institucionais e que levam à supervalorização da máquina administrativa; incapacidade de produzir alianças com setores em contradição com a lógica do capital; subestimação da possibilidade de se operar melhorias na vida do povo; deixar de nacionalizar parcerias e internacionalizar experiências; não atuar em consonância com os movimentos sociais; etc.

### **Caráter do programa**

O programa tem como tarefa discutir política a partir da realidade vivida pelo povo; promover a conexão desta realidade com nossa idealidade socialista e mostrar a indispensável necessidade de radicalização da

luta popular. Nosso I Congresso Nacional do partido delineou o caráter do programa da seguinte forma:

“O PSOL não pode assumir eixos programáticos meramente agitativos e artificialmente radicais, pois essa retórica levaria a prática política a falsas expectativas e/ou ao seu imediato descrédito. Seus eixos, porém, não podem se desconectar

---

---

*Governar um município pode acumular ou desacumular forças. Tudo depende de nossas capacidades técnico-políticas e da concepção política de governo que vamos atribuir: se alternativa à ordem social vigente ou mera gestora e reprodutora.*

---

---

da promoção da utopia e da necessidade de radicalização. O programa do PSOL é aquele que nega a domesticação e a acomodação à ordem burguesa e ao mesmo tempo desenvolve, enquanto estratégia de acumulação de forças, elementos organizativos, ideológicos, sociais, políticos e econômicos voltados para a edificação da revolução socialista.

“Um programa com este caráter deve partir da necessidade do apoio e da defesa das mobilizações do povo por suas demandas mais sentidas: salário, emprego, moradia, saúde, educação, saneamento básico, direitos humanos e inúmeros outros problemas e questões, que mobilizam as forças sociais. Deve ressaltar a importância da unidade na defesa de cada um dos itens,

---

*As eleições de 2008 devem servir para nacionalizar o debate político sem contudo o PSOL deixar de debater as questões locais. Sem arrogância e pedantismo, devemos aproveitar a oportunidade para explicar que a maioria dos problemas que afligem as cidades (violência, poluição, engarrafamento etc.) acontecem nas cidades mas não têm nelas suas origens.*

---

mas deixar claro que as soluções permanentes para estas seqüelas do capitalismo só serão garantidas numa nova ordem social e econômica; contribuindo, enfim, para

que cada demanda específica seja parte de uma luta universalizada. Uma luta por um outro mundo.”

“Nosso programa não se rende à acomodação, aos limites da ordem institucional vigente, e nem a dogmatismos sectários que terminem por isolá-lo das demandas de amplos setores sociais que ainda não possuem a solidez ideológica para os passos mais avançados de nossa luta.”

“Nosso programa deverá ser liderado pelos trabalhadores e, dada a sua natureza antagônica aos interesses da classe dominante brasileira, jamais se pretenderá acolhido por ela. Isto implica reconhecer desde já que nossa estratégia para aplicação do programa exigirá inevitavelmente o conflito, a mobilização e a luta. Quem renunciar ao conflito estará renunciando à própria possibilidade de implantar um verdadeiro programa de mudanças para equacionar as questões nacionais e democráticas. Implica reconhecer que nunca prometeremos um governo para todos, pois todos os que assim se apresentam – a história comprova –, a alguém estarão traindo. E, certamente, não será aos mais poderosos.”

O desafio é transformar este caráter geral do programa do PSOL em uma plataforma que coloque os pés no chão e não abandone o olhar no horizonte.

## O Programa do PSOL para o Poder Local

As eleições de 2008 devem servir para nacionalizar o debate político sem contudo o PSOL deixar de debater as questões locais. Sem arrogância e pedantismo, devemos aproveitar a oportunidade para explicar que a maioria dos problemas que afligem as cidades (violência, poluição, engarrafamento etc.) acontecem nas cidades mas não têm nelas suas origens. Para melhor criar condições para esta tarefa, o PSOL deve colocar no centro de seu programa a criação de instrumentos que tenham esta finalidade: o Planejamento Participativo.

Entendo que a luta eleitoral e o espaço institucional oferecem brechas que potencializam a luta geral do povo por uma nova sociedade desde que as oportunidades sejam bem aproveitadas. O que seria hoje um programa que contrariasse o interesse da classe dominante e atraísse o interesse do povo?

As cidades são indispensáveis para materializar a dinâmica da acumulação capitalista. Hoje são concebidas e organizadas para viabilizar o capital. No entanto, no mesmo espaço há outras concepções e necessidades. A vida do povo está em conflito direto com esta organização sócio-espacial capitalista que se tornou a cidade. Para explicar melhor o que defendo, vou recorrer a conceitos de Milton Santos (estrutura, processo, função e forma). O que é visível e exterior a um objeto se chama **forma**.

Uma casa, um bairro, por exemplo. Este objeto deverá cumprir uma tarefa, um papel a ser desempenhado, o qual chamamos **função**. Neste sentido não existe função sem forma correspondente e vice-versa. A **estrutura** já é a organização dos objetos, seus interrelacionamentos e os **processos**

---

*Nosso programa para ser coerente tem que dizer que a espacialização não estará mais comprometida com a reprodução do capital.*

*A maneira de fazer isto é chamando o povo para protagonizar um repensar técnico-político, um Planejamento Participativo e geral. É por essa razão que o Orçamento Participativo se esgotou.*

*Ele não é radical o suficiente para questionar o interesse da burguesia e a lógica do capital.*

---

são as estruturas em movimentos contínuos de transformação, implicando tempo e mudanças. Estes conceitos se tomados em conjunto nos dão uma base teórica que nos permitem discutir os fenômenos espaciais tais como favela, pobreza, elite

econômica, violência, exclusão e inclusão etc. Para qualquer espaço urbano ou rural estes quatro conceitos estarão presentes.

Em uma sociedade capitalista todos estes conceitos estão piores de um conteúdo comprometido com o capital. Não poderia ser diferente. Defendo a idéia de que é necessário provocar um “curto circuito” neste relacionamento (forma, função, estrutura e processo). Somente assim nosso programa pode contrariar o interesse burguês. Veja caro leitor, a burguesia não fica insatisfeita porque na direção do aparelho do Estado alojaram-se setores não orgânicos a ela. Ocupar o espaço político e dali gerir o sistema desde que asseguradas as condições gerais de reprodução do capital de nada contraria a classe dominante – talvez apenas o seu braço político. O verdadeiro desconforto burguês se mostrará quando o capital estiver sendo enfraquecido e o interesse em favor da vida fortalecido.

Então, nosso programa só poderá ser aquele que, ao desejar a destruição do Estado burguês, superestrutura, deverá se interessar também pela destruição da base econômica capitalista, sua infra-estrutura.

Somente redefinindo as funções, as formas, as estruturas e os novos processos é que estaremos fazendo mudanças que acumulem em direção ao socialismo.

Nosso programa para ser coerente tem que dizer que a espacialização não estará mais comprometida com a reprodução do capital. A maneira de fazer isto é chamando o povo para protagonizar um repensar técnico-político, um **Planejamento Participativo e geral**. É por essa razão que o Orçamento Participativo se esgotou. Ele não é radical o suficiente para questionar o interesse da burguesia e a lógica do capital.

Nosso programa deve mobilizar forças e recursos (organizativos, cognitivos, materiais, financeiros e humanos) para colapsar o sistema, fazê-lo perder o seu princípio orientador e conseqüentemente sua lógica reprodutora do capital. Somente assim estaremos coerentes com nossos princípios socialistas e praticando a revolução na institucionalidade burguesa.

**Afrânio Boppré**

*é economista e*

*membro da Executiva Nacional do PSOL.*

# MODO SOCIALISTA DE GOVERNAR: CONTRIBUIÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO PÚBLICA, DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E PODER LOCAL

*Paulo Eduardo Gomes e Gustavo França Gomes*

**D**urante a década de 1990, o debate popular sobre a gestão do município foi, em grande medida, pautado pelas administrações do Partido dos Trabalhadores que ganhou as eleições em diversas cidades importantes, incluindo algumas grandes capitais como Fortaleza (1984) e São Paulo e Porto Alegre (1988).

Essas administrações petistas municipais constituíram um rico conjunto de experiências de gestão local que ficou conhecido como o “modo petista de governar”.<sup>3</sup> No entanto, passadas quase duas décadas, as administrações municipais petistas encontram-se desgastadas por inúmeros escândalos de corrupção, pela acomodação aos

limites liberais de gestão e pela perda da perspectiva transformadora das suas propostas iniciais. O “modo petista de governar” se aproximou então do modo tradicional de governar, perdendo a identidade e a confiança dos setores populares que impulsionaram a sua construção e propaganda.

A superação do “modo petista de governar” é uma exigência para os movimentos populares, sindicais e estudantis que atuam no âmbito das cidades brasileiras. A reconstrução de um modo socialista de governar exige, portanto, severa crítica da experiência petista. Sem ignorar os avanços obtidos com as experiências anteriores de participação popular na formulação das políticas locais, é indispensável a identificação e a consequente superação dos muitos equívocos e limites que caracterizaram estas administrações.

As mazelas, que se tornaram notórias em 2005 com o escândalo nacional do *mensalão*, têm raízes profundas nas administra-

---

3 A expressão “modo petista de governar” passou a ser utilizada tanto para reflexões teóricas em produções acadêmicas como slogan nas propagandas eleitorais do Partido dos Trabalhadores a partir de 1988. A Fundação Perseu Abramo publicou dentre outras, por exemplo, em 1992 “O modo petista de governar” e “Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar”.

ções petistas municipais. A compra de votos pelo governo Lula no Congresso Nacional através de empresários que mantinham relações espúrias com o governo é reprodução de práticas já comuns nas administrações municipais petistas.

Há anos se consolidava nas cidades administradas pelo Partido dos Trabalhadores uma gradativa mudança programática que legitimava as relações promíscuas dos prefeitos petistas com os grandes empresários do setor de transportes urbanos, da coleta de lixo, do saneamento e com as empreiteiras responsáveis pelas obras públicas como demonstram, por exemplo, os sucessivos escândalos nas prefeituras do ABC paulista.

As advertências e a resistência no interior do partido foram ignoradas e rechaçadas pelo campo majoritário e seus aliados com fundamento no suposto sectarismo e idealismo das propostas da esquerda partidária comprometida com um programa popular de transformação. Esse pragmatismo petista significou na prática uma aliança programática com representantes do capital e uma opção definitiva por propostas contrárias aos interesses dos trabalhadores que justificaram a fundação do partido.

O balanço histórico dessas relações entre os dirigentes petistas e setores do capital demonstra, assim, a opção do Partido dos Trabalhadores pela defesa dos interesses capitalistas nas cidades. A vitória dessa

concepção partidária nos municípios foi determinante, inclusive, para tornar o Partido dos Trabalhadores também nacionalmente um partido igual a todos os outros, ou seja, comprometido com a manutenção da exploração do sistema capitalista.

Um modo socialista de governar deve, ao contrário da experiência petista local, significar primeiramente uma opção clara pelos interesses da maioria da população nas disputas locais. O governo “Para Todos”<sup>4</sup>, no qual se transformou o modo petista de governar, escamoteia na verdade o governo a serviço do grande capital empresarial.

A contradição entre os interesses do capital e dos trabalhadores na cidade se revela com destaque na disputa pela alocação dos fundos públicos orçamentários, nas definições impostas pela política urbanística e na exploração dos serviços públicos municipais. Temas como os recursos destinados a grandes obras de fachada, os preços das tarifas dos serviços, a preservação do meio ambiente da cidade e as conseqüentes limitações ao direito de construir colocam irremediavelmente em lados antagônicos as empreiteiras, as incorporadoras imobiliárias, as empresas prestadoras de serviços públicos e os interesses da maioria da população.

---

4 O slogan “Governo Para Todos” foi adotado pelo governo Lula e seguido por inúmeras prefeituras petistas como a de Niterói na gestão do prefeito Godofredo Pinto (2002 a 2008).

Um programa socialista deve então procurar direcionar a gestão da prefeitura para ampliar os direitos políticos e sociais da maioria da população. Não obstante as dificuldades e limitações do poder público local, o sistema federalista brasileiro atual abre possibilidades reais para que, através da administração local, se atue no sentido de alterar em favor das maiorias a correlação de forças entre os agentes sociais.

A Constituição de 1988 adota no seu princípio federalista um amplo poder para os governos locais ao conceder autonomia não apenas a União, aos Estados e ao Distrito Federal, mas também aos municípios.<sup>5</sup> Com a constituinte, a esfera pública de atuação dos municípios foi significativamente alargada com a outorga de competência para instituição dos seus próprios impostos (art.156), a repartição constitucional das receitas (art. 158), com a competência para edição de legislação sobre assuntos de interesse local (art. 30), para elaboração da política urbana (art.182) e, ainda, com a titularidade de enorme variedade de bens e serviços públicos, além da fiscalização de diversas atividades. Isso acirrou as contradições sociais na disputa institucional sobre os rumos do governo local.

---

5 No sistema jurídico federalista brasileiro, a autonomia concedida aos entes federativos relaciona-se com a capacidade de legislar sobre assuntos de seu interesse além de instituir e recolher seus próprios impostos, sem subordinação à União. (Di Pietro, 2005 )

Os municípios são titulares dos serviços de transporte público, do serviço de coleta de lixo, do serviço de distribuição de água e de coleta de esgoto. Essas atividades movimentam em todo o planeta bilhões de dólares. Após a crise capitalista de 1970, que registrou a desaceleração do crescimento

---

---

*As mazelas, que se tornaram notórias em 2005 com o escândalo nacional do mensalão, têm raízes profundas nas administrações petistas municipais. A compra de votos pelo governo Lula no Congresso Nacional através de empresários que mantinham relações espúrias com o governo é reprodução de práticas já comuns nas administrações municipais petistas.*

---

---

da economia mundial e o declínio da taxa de crescimento do PIB em diversos países, essas áreas de atuação tornaram-se um dos principais focos de investimento privado para recuperar os níveis de lucratividade e acumulação anteriores.

Para se ter um exemplo concreto, as 15 maiores empresas estatais do setor de saneamento público como as companhias estaduais CEDAE/RJ, a COPASA/MG e a SAPESP/

---

---

*Temas como os recursos destinados a grandes obras de fachada, os preços das tarifas dos serviços, a preservação do meio ambiente da cidade e as conseqüentes limitações ao direito de construir colocam irremediavelmente em lados antagônicos as empreiteiras, as incorporadoras imobiliárias, as empresas prestadoras de serviços públicos e os interesses da maioria da população.*

---

---

SP, apresentaram conjuntamente um lucro líquido ajustado de 609 milhões de dólares em 2005. Essas empresas governamentais realizaram volume de vendas que atingiu mais de 5 bilhões de dólares somente naquele ano.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Fonte: Revista Exame "Melhores e Maiores: as 500 maiores empresas do Brasil. Editora Abril, julho/2005.

Com patrimônio líquido ajustado de cerca de 13 bilhões de dólares, há no setor de saneamento excelente potencial para investimento de capitais excedentes. A privatização dos serviços de distribuição de água e coleta de esgoto, já realizada por inúmeros municípios, é acompanhada invariavelmente do aumento das tarifas, da implantação da cobrança da taxa de esgoto, do aumento dos índices de suspensão do serviço por inadimplemento e das demissões em massa dos funcionários das companhias.

As prefeituras municipais passaram então a aderir ao paradigma da reforma neoliberal do Estado e no âmbito local reproduziram através das delegações e privatizações a transferência do setor de serviço público para a iniciativa privada.

O "modo petista de governar" foi gradativamente sucumbindo também aos interesses privados nessas atividades e, através da delegação e privatização, transferiu para a iniciativa privada diversos serviços públicos essenciais.

A administração petista do então prefeito de Ribeirão Preto, Antonio Palocci, é um exemplo pioneiro dessa adequação ao modelo neoliberal de gestão dos municípios. Seguindo as recomendações das organizações mundiais para o setor, Palocci privatizou o serviço de distribuição de água e esgoto no município para o consórcio das empresas OHL, INMA, REK, e OH2MHLL.

Desse modo, o modelo de reforma do Estado neoliberal se confunde com o “modo petista de governar”. O enfraquecimento do modelo do *Welfare State* com o avanço do neoliberalismo na década de 1990 trouxe também significativas mudanças na gestão dos municípios. As administrações petistas, em diversas cidades, abriram caminho para o neoliberalismo. Desse modo, o modo petista de governar significava “uma revisão de concepções no interior da própria esquerda. O velho discurso estatizante, que confunde socialismo com estatização, não é suficiente para se contrapor a um discurso que propõe a reforma do Estado” (BITTAR, 1992, p.18).

O que defendiam as administrações petistas? Entre os traços centrais do projeto estava “desprivatizar o Estado, democratizá-lo, transformar o estatal em público”. Assim, o caminho da gestão petista é o “da publicização, ou seja, de tornar público os benefícios que hoje são apropriados por setores privados”. (BITTAR, 1992, p. 22 e 28).

A história demonstrou que o caminho do modo petista de governar não era muito diferente daquele escolhido pelo governo do PSDB como podemos verificar nas próprias palavras do ministro da Administração e Reforma do Estado do primeiro governo do Fernando Henrique Cardoso: “os serviços sociais e científicos, por sua vez, que são e devem ser custeados pelo Estado, precisarão ser gradualmente ‘publicizados’(...)” Para Bresser Pereira, o “programa de pu-

blicização” não deve ser confundido com a privatização. Citando o petista Tarso Genro, afirma que “ao contrário, trata-se de ampliar o caráter democrático e participativo da esfera pública, subordinada a um direito público renovado e ampliado”. (BRESSER PEREIRA, 2001, p18 e 263).

O ministro não estava enganado em destacar as convergências entre as propostas de tucanos e petistas para reformar o Estado, pois estes defendiam justamente que o modo petista de governar fosse “orientado para ‘abrir o Estado’, a fim de que, por meio de mecanismos de controle público-não estatal (que vem da base da sociedade), façamos que o Estado saia da lógica tradicional da democracia formal” (GENRO, Tarso, 1999, p.15). Essa defesa da publicização do Estado, realizada pelos ministros Bresser Pereira e Tarso Genro, é justa apenas na medida em que denuncia a apropriação do Estado por interesses privados.

Por outro lado, a publicização defendida, por exemplo, do serviço de distribuição de água e coleta de esgoto, longe de significar um maior controle da população local sobre esses serviços, corresponde a um processo de privatização dos recursos naturais coletivos.

Igualmente, nos serviços de transporte municipal, o modo petista de governar propõe também a publicização da atividade através da denominada municipalização que se expressava “numa nova forma de gestão

---

*As prefeituras municipais passaram então a aderir ao paradigma da reforma neoliberal do Estado e no âmbito local reproduziram através das delegações e privatizações a transferência do setor de serviço público para a iniciativa privada.*

---

do transporte em que se remunera as empresas operadoras pela prestação de serviço, através de uma planilha de custos transparente, discutida com os vários setores envolvidos na operação e gestão do transporte coletivo”. (BITTAR, 2001, p.79) <sup>7</sup>

Não se pode negar o avanço que tais políticas possuem na maioria das cidades nas quais impera a total desregulamentação dos serviços públicos. Contestada inclusive por ações do Ministério Público, a prorrogação precária das atuais permissões, sem concorrência pública, de diversas linhas de ônibus tem conseqüências severas para a maioria da população: o alto preço das passagens e a baixa qualidade dos serviços que se refle-

---

<sup>7</sup> O PT considerava então que “a meta da estatização não pode ser colocada como a solução dos problemas de transporte e muito menos acima da proposta de prestação de um serviço de qualidade e com respeito ao usuário e trabalhador”(BITTAR, 2001, p.79)

te na falta de horários fixos de circulação, na má conservação dos veículos, na lotação nos horários de maior movimento e outras agruras que o cidadão comum sente no cotidiano de seu deslocamento para o trabalho.

No entanto, a publicização e municipalização não garantem, por si só, a prevalência do interesse coletivo na prestação dos serviços. Ao contrário, pode propiciar novas formas de apropriação privada sobre as riquezas geradas coletivamente. De fato os recursos orçamentários passam então a ser destinados diretamente para garantir a taxa de lucro pagando antecipadamente aos empresários, por exemplo, pelo direito ao passe-livre de idosos e estudantes, remunerando através da parceria público-privada os investimentos necessários ou oferecendo garantias prévias quando ao inadimplemento dos usuários dos serviços. Tudo isso se enquadra no novo regime público dos serviços que em muito convém à iniciativa privada.

Desse modo, a experiência petista no setor em cidades como Santo André, Piracicaba e Vitória demonstram que uma proposta socialista de gestão não pode se encerrar na municipalização e publicização dos transportes municipais. Os serviços públicos municipais de transporte, distribuição de água e coleta de esgoto estão estreitamente vinculados às garantias de direitos fundamentais dos cidadãos como o direito de ir e vir, o direito à água, bem essencial à manutenção da vida, o direito à saúde dentre outros.

O modo socialista de governar deve ter como diretriz retomar o conceito de serviço público como garantia essencial do exercício da cidadania retirando-os da lógica privada que os transforma em mera mercadoria. Ao contrário, deve caminhar para maximizar os princípios da universalidade, da continuidade dos serviços e da modicidade das tarifas. Proibindo a suspensão do fornecimento para quem não dispõe de recursos e aproximando as tarifas do ideal da gratuidade.

O programa socialista para a cidade deve procurar romper com a lógica capitalista de mercantilização dos direitos sociais na qual água, transporte, saneamento, educação, saúde e outros direitos têm preço de mercado. Contudo, não se está defendendo que, independentemente da realidade local, seja imediatamente abolida a cobrança de tarifas dos cidadãos.

A municipalização pode ser uma fase necessária de transição para uma nova lógica socialista de gestão, mas não o programa máximo apresentado, pois, se for um fim em si mesma pode servir, como demonstra o modo petista de governar, para incentivar a privatização dos recursos públicos.

A gratuidade dos serviços de transporte municipal pode ser compensada pela majoração dos impostos como o IptU. A sociedade civil debateria claramente uma concepção contrária à transformação dos serviços essenciais em mercadorias. A política da gra-

tuidade cumpriria um segundo objetivo de desestimular a utilização dos veículos particulares para locomoção.

Retirar os serviços públicos municipais da lógica de mercado é quebrar o fetiche/encanto da mercadoria, revelando as relações ocultas de exploração, implantando um planejamento não mercantil dos bens e serviços e, assim, produzindo uma nova cultura e provando que outro mundo é possível.<sup>8</sup>

Num sistema globalizado onde o capital financeiro encontra-se concentrado e mundializado, a luta local torna-se também a luta nacional e até internacional. Esta articulação não se dá apenas pela retórica, mas desenvolvendo a nível municipal uma verdadeira economia política local. A disputa da hegemonia se desenvolve no campo cultural, mas também, e principalmente, no campo econômico.

De qualquer modo, qualquer iniciativa progressista no âmbito local somente é viável se respaldada na participação popular. Também nesse aspecto é necessário ir adiante nas experiências petistas do orçamento participativo e dos conselhos populares sob pena de se retroceder com a diminuição da participação popular nos fóruns criados e vê-los tomados cada vez mais por membros do governo, vereadores e assessores comissionados.

---

8 Karl Marx discute como a mercadoria oculta uma relação de exploração entre trabalhadores e capitalistas.

No município é plenamente possível se ampliar os canais de participação popular com instrumentos de participação direta como referendos e plebiscitos sobre as grandes decisões do governo. O grande desenvolvimento da tecnologia de comunicação verificado na última década também deve ser apropriado na gestão popular da coisa pública através da difusão da informação, da transparência das ações municipais e também da participação instantânea dos cidadãos via TV e canais da rede de computadores, além de jornais, rádios e TVs comunitárias, para proteção e desenvolvimento da cultura local.

Há que se incluir, ainda na questão da democracia, a questão do servidor público. Não se deve reduzir a questão do servidor público às contradições inevitáveis entre os seus vencimentos e os limites do orçamento público. O servidor público como trabalhador deve ser ganho para uma proposta de gestão na qual ele também é agente principal de formulação. A democracia direta deve significar o combate à política clientelista do uso abusivo dos cargos de comissão, a valorização da carreira pública, dos planos de cargo e salário e, principalmente, da ativa participação dos servidores na formulação e execução da política pública municipal.

Longe de pretender esgotar a análise das experiências e limites da participação popular no governo local, o presente

artigo pretendeu apenas destacar alguns elementos para a retomada do necessário debate sobre a reconstrução de um modo socialista de governar. Este debate se faz imprescindível para toda a militância do Partido Socialismo e Liberdade na reconstrução dos sonhos dos quais não abrimos mão.

## BIBLIOGRAFIA

- BITTAR, Jorge (org.). O modo petista de governar. São Paulo: Teoria e Debate, 1992.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter Kevin (Orgs.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Ed. Atlas, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. La política y el Estado moderno. Barcelona. Planeta-Agostini, 1985
- MAGALHÃES, Inês (org.). Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1999.
- MARQUES, J. Luiz. Rio Grande do Sul: Estado e cidadania. Porto Alegre: Ed. Palmarinca, 1999.
- MARX, Karl. *O Capital (Livro I, Volume 2)*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1984.

**Paulo Eduardo Gomes**

*é engenheiro e vereador PSOL/Niterói (RJ)*

**Gustavo França Gomes**

*é advogado e doutorando da ESS/UFRJ*

# REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA, CULTURAL E REFORMA URBANA: LIMITES E POSSIBILIDADES DO PODER LOCAL

*Edilson Silva*

## **A intervenção do PSOL nas eleições municipais**

**E**m 2008 o PSOL disputará pela primeira vez o poder na esfera municipal. O partido deverá lançar candidatos nas maiores cidades brasileiras, principalmente nas capitais. Diferentemente de 2006, quando disputamos nossa primeira eleição, tendo à frente Heloisa Helena como candidata à presidência da República, agora as expectativas são outras, pois a relação com o poder e com o eleitorado é distinta e as propostas do partido devem ganhar outra dimensão. Trata-se de disputar e apresentar propostas para o poder local, um fragmento do poder do estado, articulado dentro do regime democrático-burguês e conseqüentemente com o poder político-econômico.

É mais um grande desafio para o nosso jovem partido, desafio que consiste em dar ao nosso projeto político maior, ainda em fase de vertebração, um forte impulso no que deve ser um largo processo de capi-

larização, ampliando e fortalecendo nossa base social e de interlocução com a sociedade nos grandes centros e nas principais cidades do país.

Para vencer mais este desafio, que se coloca de forma desigual em nível nacional, o PSOL deverá manter o foco em sua estratégia de reorganização do conjunto das forças de esquerda, socialistas e democráticas, buscando alcançar em suas plataformas eleitorais uma ampla base social e política, um bloco que necessariamente se conecte e se articule a partir da luta antineoliberal, na oposição pela esquerda ao governo Lula e sua base de sustentação, pela radicalização democrática e na luta contra a corrupção, que tem a ver com a essência do funcionamento do regime democrático burguês, baseado na democracia representativa.

Deverá, também, apresentar-se ao povo não como um mero propagandista do socialismo, mas como um porta-voz de soluções possíveis para os problemas mais sentidos da população, dentro dos limites impostos.

Neste sentido, o PSOL deverá representar a possibilidade real de ultrapassagem pela esquerda das administrações petistas, que já se fizeram presentes, direta ou indiretamente,

---

---

*O PSOL deverá representar a possibilidade real de ultrapassagem pela esquerda das administrações petistas, que já se fizeram presentes, direta ou indiretamente, em todas as capitais do Brasil, e que se mostraram dóceis ao regime do capital.*

---

---

em todas as capitais do Brasil, e que se mostraram dóceis ao regime do capital. O orçamento participativo, marca central do “modo petista de governar”, apesar de representar em tese um avanço em relação ao modelo de orçamento público negociado e votado exclusivamente pelas câmaras municipais, na prática não tocou na essência do *modus operandi* do regime, tanto é assim que a direita tradicional reassume prefeituras após administrações petistas e segue governando como antes, sem maiores problemas.

Neste processo, o PSOL deverá ainda dar visibilidade à figura de Heloisa Helena como liderança maior do nosso partido, que encarna como ninguém a figura do novo

aos olhos do povo brasileiro, dialogando com o sentimento de mudança presente na população. A presença de Heloisa Helena na campanha eleitoral das principais cidades e capitais contribuirá para a vinculação da disputa municipal com os destinos estratégicos do país, além de fortalecer do ponto de vista eleitoral as candidaturas não só majoritárias, mas também proporcionais, fortalecendo estas como figuras públicas a serviço da construção do nosso projeto.

### **Recife e suas demandas**

No caso específico da eleição municipal em Recife, o PSOL estará diante da disputa na 9ª maior cidade brasileira. São 1,5 milhão de habitantes, contingente maior que capitais como Porto Alegre e Belém. Se considerada a região metropolitana, ultrapassamos a casa dos 3 milhões de habitantes.

A cidade está sendo administrada desde 2000 por uma coalizão liderada pelo PT, tendo como prefeito o ex-líder metalúrgico João Paulo, que ganhou a eleição do ex-PFL em 2000 e conseguiu a reeleição no 1º turno em 2004. Como a cidade era administrada por oligarquias ainda vinculadas ao coronelismo, a chegada do PT à administração municipal trouxe ares novos à política recifense, com sensíveis avanços em algumas áreas. Contudo, à medida que a administração foi se estabelecendo, os limites, insuficiências, fragilidades e adaptações vieram à superfi-

cie, e a gestão petista há muito tempo já faz parte da paisagem política tradicional, do *status quo* neoliberal desgastado junto ao povo. O orçamento participativo transformou-se num mero circo homologatório de micro-decisões, protagonizado por secretários municipais e cabos eleitorais que recebem benefícios pessoais da prefeitura.

Com a chegada de Lula ao poder, a degeneração da administração municipal dá um salto de qualidade na adaptação ao regime e ao modelo neoliberal. A base aliada e de sustentação do governo Lula passa a ser o parâmetro sem limites das alianças políticas locais.

Recife, como toda grande cidade, concentra graves problemas nas áreas de habitação, saneamento, transporte, meio ambiente, segurança pública, emprego e renda, saúde, educação, atenção aos jovens e idosos e aos direitos humanos e civis. O fato de ser uma metrópole nordestina torna esta realidade mais dramática.

Através de pesquisas, repercussão na mídia e no sentimento que se capta da população nas ruas, verifica-se que os problemas que mais incomodam o conjunto dos recifenses são o desemprego e a insegurança pública. Recife é a cidade mais violenta do país, campeã nacional em violência letal. A população de Recife é vítima de uma conjugação de fatores econômicos, históricos, sociais e políticos que colocam em alto re-

levo esta dura realidade. Ao dar destaque ao desemprego em suas preocupações, os recifenses estão, via a cultura capitalista de aquisição privada de bens e serviços, depositando em saídas individuais as soluções de outros graves problemas, como habitação, saúde, educação e transporte.

Apesar de por um lado a solução de muitas destas demandas represadas na cidade envolverem outras esferas de poder, e o PSOL deve ter a exata dimensão disto, por outro é justamente nesta esfera que encontramos consideráveis possibilidades de disputa de hegemonia da consciência social, permitindo-nos, desde baixo, avançar na inversão da correlação de forças e na luta econômica, social, ecológica, ideológica e política contra as elites, novas e velhas, que historicamente governam de costas para o povo, e são as responsáveis pelo atual estado de coisas.

### **Contra a corrupção: democracia, transparência e poder popular**

O tema da corrupção está na pauta do país, e o PSOL precisa apresentar com contundência suas propostas no âmbito dos municípios.

A exemplo do que acontece em outras esferas de governo, nos municípios o poder público anda de mãos dadas com grupos empresariais que atuam nos transportes

urbanos, no recolhimento e tratamento do lixo, no fornecimento de merenda escolar e outros materiais, nos serviços de limpeza, vigilância e transporte, empreiteiras,

---

*Verifica-se que os problemas que mais incomodam o conjunto dos recifenses são o desemprego e a insegurança pública. Recife é a cidade mais violenta do país, campeã nacional em violência letal. A população de Recife é vítima de uma conjugação de fatores econômicos, históricos, sociais e políticos que colocam em alto relevo esta dura realidade.*

---

consultorias, etc. Todos estes, em geral, são financiadores de campanhas eleitorais e, em geral, atuam de forma mafiosa.

Desmontar este esquema não é só difícil, mas é também bastante perigoso, razão pela qual a transparência e a busca de relações éticas e republicanas com o setor privado devem estar intimamente vinculadas à participação e mobilização popular, devendo ser este um carro che-

fe das administrações do PSOL, que para tanto devem dotar-se de mecanismos eficazes de propaganda e agitação, que cheguem com força à base da cidade, o que significa, por exemplo, ter mecanismos próprios de comunicação de massa e também construir parcerias com rádios e tvs comunitárias, incentivando este tipo de comunicação.

Ao mesmo tempo, o avanço do poder popular exigirá a consolidação de espaços de participação popular, para orientar e ajudar a administração popular a definir caminhos e prioridades. Estes deverão ser espaços de poder real, com capacidade para intervir nos rumos da cidade, desde o Plano Diretor até questões de menor porte. A construção destes espaços alterará sensivelmente o funcionamento do regime democrático burguês na base da sociedade, contribuindo para a construção de uma outra cultura política, pois o eleitor do município é o mesmo que elege deputados, senadores, governadores e o presidente da República.

Para garantir o funcionamento das engrenagens da corrupção, as prefeituras lotam o serviço público de cabos eleitorais, descompromissados com o público e reféns de interesses privados. A figura dos cargos comissionados ou de confiança deve ser abolida em regra nas administrações do PSOL, de forma imediata a partir do 2º escalão, fortalecendo desta forma o serviço

público a partir dos servidores de carreira concursados, convocando-os para o esforço de fortalecer o Estado para servir ao conjunto da sociedade.

Estas medidas, assim como outras que elencamos neste ensaio, não são novidade. É, em essência, já um patrimônio das forças de esquerda e populares. Contudo, sua reafirmação, no atual momento em que vivemos, de reorganização de nossas forças, precisa ser recolocada.

### **A Reforma agrária na pauta das grandes cidades**

Um dos principais problemas urbanos contemporâneos é a favelização desenfreada, com todas as suas conseqüências, e que tem no êxodo rural crescente uma de suas fontes centrais de alimentação. Segundo os estudos do urbanista norte-americano Mike Davis, o êxodo rural em direção aos centros urbanos, mesmo com uma dinâmica de desindustrialização no período, acentuou-se nos anos 1980 e 1990 com os Planos de Ajustes Estruturais (PAEs) e desregulações agrícolas, impostos pelo FMI e Banco Mundial aos países endividados. Sempre entregando o destino da humanidade às flutuações do mercado, os analistas neoliberais apostaram que o inchaço inicial das cidades conteria naturalmente o fluxo de migrantes do campo, porém a realidade se mostrou outra.

Ao criar uma situação que empurrou os produtores pequenos e médios para o mercado mundial de *commodities*, estes se viram incapazes de se manter no setor, iniciando um forte processo de desruralização

---

*O avanço do poder popular exigirá a consolidação de espaços de participação popular, para orientar e ajudar a administração popular a definir caminhos e prioridades. Estes deverão ser espaços de poder real, com capacidade para intervir nos rumos da cidade, desde o Plano Diretor até questões de menor porte.*

---

e descampesinação, termos utilizados por Deborah Bryceson, africanista citada por Davis em seus estudos, processo que acaba culminando, e ganha força com a utilização de transgênicos e a expansão do agronegócio, com o que os movimentos camponeses no Brasil chamam hoje de agricultura sem agricultores. Este fluxo migratório específico soma-se ao fluxo “natural” já existente e se encaminha para as grandes cidades.

---

*Ao debater reforma urbana globalmente, o PSOL não pode deixar de denunciar esta dinâmica imposta pelo capitalismo e seus organismos, de migração anárquica, desesperada e crescente de imensos contingentes populacionais em direção aos centros urbanos. O PSOL deve apresentar alternativas estruturais para esta situação, que passam indiscutivelmente pela reforma agrária.*

---

Portanto, ao debater reforma urbana globalmente, o PSOL não pode deixar de denunciar esta dinâmica imposta pelo capitalismo e seus organismos, de migração anárquica, desesperada e crescente de imensos contingentes populacionais em direção aos centros urbanos. O PSOL deve apresentar alternativas estruturais para esta situação, que passam indiscutivelmente pela reforma agrária.

### **Recuperar e aumentar a capacidade de investimento próprio dos municípios**

A política econômica patrocinada pelo governo Lula, e os esforços que ela acarreta para o pagamento de juros e amortizações

da dívida pública, para compor o superávit primário, têm rebatimento direto nas finanças dos estados e municípios, comprometendo a capacidade de investimento destes, e mesmo constringendo até a possibilidade do alongamento do perfil das suas respectivas dívidas com a União.

O PSOL deve construir um diagnóstico sobre a situação da dívida pública das principais cidades brasileiras, de forma que possamos pautar o tema no processo eleitoral e atacar de forma articulada este gargalo que restringe e evita que os municípios possam ter iniciativas próprias mais robustas na geração de emprego e renda, como na construção de obras públicas, de moradias e em outras áreas vitais, como fortalecimento e valorização do serviço público. Nesse sentido, a realização de auditorias nas dívidas municipais, uma antiga bandeira das forças de esquerda, deve converter-se numa proposta concreta de democratização tributária, buscando devolver aos municípios um mínimo de protagonismo em investimentos para a população.

### **Violência: qual o papel dos municípios na segurança pública?**

A miséria provocada pelo capitalismo é, em geral, parteira da violência generalizada em que vivemos, razão pela qual a ante-sala de qualquer discussão sobre o tema segurança pública deve partir da solução dos problemas de distribuição de renda de forma global.

Porém, enquanto construímos as condições para as mudanças estruturais na economia do país, de inversão das atuais prioridades, precisamos avançar nas soluções possíveis para este grave problema que afeta sobretudo as grandes e médias cidades brasileiras.

Especialistas no tema como os antropólogos Luis Eduardo Soares e Alba Zaluar, assim como organizações que atuam sobre o tema, como a Justiça Global, têm muito a contribuir neste debate. Como não se trata de um tema específico de uma ou outra cidade, mas de praticamente todas as grandes e médias cidades brasileiras, e cujas saídas extrapolam em muito nossos limites de elaboração, o PSOL pode e deve fazer um debate nacional sobre o tema, socializando experiências que refletiram avanços, explorando todas as possibilidades que estejam ao alcance do poder público e popular para diminuir ao máximo a incidência de todo tipo de violência sobre a sociedade.

Neste debate há propostas de desconstitucionalização das polícias, desmilitarização das PMs, descriminalização de determinadas drogas, redefinição do papel das Guardas Metropolitanas, dentre inúmeras outras alternativas. No que tange às polícias militar e civil, a competência está em outras esferas, mas as prefeituras podem criar uma movimentação de pressão para determinada direção, assim como podem, através das Guardas Metropolitanas, ensaiar medidas alternativas, como o

recrutamento específico e comunitário, respeitando aspectos étnicos, culturais, de gênero, religiosos e outros, constituindo Guardas Populares Comunitárias a partir das próprias comunidades alvo de intervenções públicas na área de segurança.

---

*O gabinete do deputado estadual Marcelo Freixo, do PSOL/RJ, tem dado uma contribuição significativa neste debate e é uma das referências nacionais no terreno da resistência popular em favor dos direitos humanos, podendo e devendo disponibilizar-se para sediar no Rio de Janeiro um evento nacional que viabilize um debate mais denso sobre este tema.*

---

O gabinete do deputado estadual Marcelo Freixo, do PSOL/RJ, tem dado uma contribuição significativa neste debate e é uma das referências nacionais no terreno da resistência popular em favor dos direitos humanos, podendo e devendo disponibilizar-se para sediar no Rio de Janeiro um evento nacional que viabilize um debate mais denso sobre este tema.

## **O debate está apenas reiniciando**

Os limites de caracteres deste artigo não nos permitem avançar sobre as possibilidades do poder local na transformação do transporte público, do tratamento de lixo e resíduos, e na utilização de fontes energéticas alternativas, como a energia solar. Da mesma forma que não nos permite avançar na exposição das excelentes propostas e experiências que já existem sobre as possibilidades de transformação da educação municipal na luta contra o racismo, o machismo e outras formas de opressão e discriminação, assim como nas áreas da saúde e de assistência social, e propostas de políticas públicas para a juventude, cultura e outros.

Mas o debate está apenas se reiniciando em novos marcos, numa nova conjuntura. Com a publicação desta primeira revista, a Fundação Lauro Campos cumpre o papel fundamental de colocar o tema do poder local, de forma articulada e em bom nível, na mesa de debates, dando uma contribuição ímpar para preenchermos gradativamente as lacunas abertas no front programático com a profunda crise de paradigmas vivida pela esquerda nos últimos vinte anos. Parabéns à Fundação pela iniciativa.

**Edilson Silva**

*é presidente do PSOL/PE*

# QUANDO A BUSCA DO PODER LOCAL DESORIENTA A LUTA PELA CONQUISTA DO PODER DE ESTADO

*Luiz Henrique Cunha*

**A** pesar dos ensaios cerebrinos de mais de um século de um sem-número de intelectuais para eludir a questão de como enfrentar o poder centralizado do estado capitalista, o processo histórico da luta de classes teima em lembrar dramaticamente à humanidade que, se ela quer avançar para uma sociedade superior ao capitalismo, não pode evitar se propor a luta para tomar à burguesia seu poder de dispor da sociedade. Nas últimas décadas do passado século XX, o esforço dessa sempre presente corrente intelectual foi atualizado com a criação da teoria de que o poder não se acha concentrado, mas está em toda a parte; existe portanto também um “poder local”. Desse modo, não há um poder central a conquistar, mas um poder a construir próximo ao cidadão. Constrangido pela generalização do poder local, num processo denominado “radicalização democrática”, o poder central seria civilizadamente transmutado pelo novo modo de fazer política.

Contudo, ao contrário dessa cândida esperança de um genuíno socialismo, triunfando, de baixo para cima, de maneira indolor, ancorado no poder local, o que se vê em todas

as cidades daqui e de fora onde se aplicou essa teoria, é a contínua absorção pelo estado burguês das experiências decorrentes dela. Verifica-se um favorecimento da modernização político-administrativa do estado e sua maior legitimação junto à maioria da população, que continua submetida à ditadura capitalista do efetivo poder local.

Com o “modo petista de governar” vivenciamos no Brasil a experiência completa da gestão do “poder local”. Iniciado no início dos anos oitenta, com as primeiras prefeituras administradas pelo PT, assistimos, vinte anos depois, ao seu coroamento na gestão do próprio estado nacional. O que era uma esperança de se criar o novo na política, de “dar poder à cidadania”, de alterar a correlação de forças visando facilitar a luta pelo socialismo, transformou-se numa trágica adaptação ao estado burguês, embalado por um festival de corrupção material e ideológica. As administrações petistas são avaliadas hoje como inteiramente funcionais à acumulação capitalista e completamente capturadas pelo aparato estatal. É possível uma nova experiência de poder local que não siga esse itinerário?

## As cidades como territórios do capital

Vistas pelos neo-reformistas como a base geopolítica para o poder local, as cidades não são entretanto os territórios cordatos em que as prefeituras populares pudessem inscrever pacificamente um novo modo de vivência, por todos aceito. Ao contrário, as cidades são os territórios de contínua disputa, onde o capital se aplica em exercer suas políticas nacionais e internacionais, buscando sua valorização.

No capitalismo, as cidades são organizadas pelo capital segundo as oportunidades mais ou menos “estruturais” que oferecem: sua localização, a disponibilidade de matérias-primas, sua logística de serviços, a especialização técnica da classe trabalhadora, a desorganização ou domesticação sindical desta, enfim um conjunto dado de fatores ao qual sempre vai se agregar a maior ou menor submissão tributária das autoridades públicas como prêmio de atração ao capital bem-vindo. Assim estruturadas, as cidades se movimentam como é esperado: a ocupação do solo urbano e a dinâmica produtiva vão se processando dirigidas pela rede de agentes do capital, à qual é indiferente o grau de marginalização social que o desenvolvimento capitalista provoca na população.

Por isso, nossas cidades são também chamadas de territórios da exclusão, frente aos quais os seguidos governos são com-

pelidos a políticas reativas, para tentarem defender e ampliar direitos que o capital diariamente ataca.

A explosão da urbanização no Brasil, com a alarmante formação das conurbações metropolitanas, coincidiu com o advento do regime militar, razão pela qual, só após a “redemocratização” surgiu na agenda da esquerda, principalmente a petista, a questão da utilização dos governos locais para a construção de políticas públicas que enfrentassem os custos sociais do novo fenômeno urbano. Embora a ala socialista do PT na época não se iludisse com a possibilidade de criação de “socialismo num só município”, imaginava que a prática de um governo popular pudesse beneficiar as condições de luta pelo socialismo. Como já é constatado, não foi o que ocorreu.

### Fatores da domesticação petista

A domesticação petista, diplomada com o programa do “poder local”, passou, dentre outros, pelos seguintes fatores, bastante relacionados entre si:

1. *o rompimento com a idéia de que o governo local é na verdade um poder relativo cercado por todos os lados pelo poder real capitalista*, composto pelos grupos vinculados à exploração do transporte público, da mídia local, das incorporadoras e construtoras civis, da educação privada,

das igrejas mercantis, do jogo ilegal e semilegal, enfim, de todas as corporações surgidas do lucro urbano, com seus interesses sempre renovados, bem-verbalizados e protegidos nas câmaras municipais. O raio de manobra dos governos para desafiar interesses tão arraigados é bastante reduzido e só pode ser ampliado pela mobilização popular.

Já na fase da disputa eleitoral – quando se demarcam princípios, metas e atitudes –, a nova postura ideológica petista se patenteava. Os programas de governo acentuavam as possibilidades de governar “bem”, “honestamente”, “com participação popular”, mas muito raramente os candidatos que se elegiam haviam expressado abertamente em suas campanhas (isto é, buscado educar seu eleitorado com) o princípio de que o centro da ação de seu governo seria posto na mobilização da maioria da população, para enfrentarem em conjunto as inevitáveis tentativas desestabilizadoras dos setores capitalistas derrotados na eleição e pelas medidas da nova prefeitura.

2. *a relação governo-população, pulverizada e despolitizada.* O “modo petista de governar” quis alcançar a gestão “eficiente” com “participação popular”. Mas como desagradava ao PT reconhecer a realidade da divisão da sociedade em classes opostas, os petistas fugiam, como o diabo da cruz, da idéia de governar para

a maioria e não para todos. Para equilibrar-se na difícil atividade de estabelecer políticas que não suscitassem a oposição capitalista, construíram sua agenda de debate das políticas de governo com o acessório (ainda que muitas vezes de

---

*Com o “modo petista de governar” vivenciamos no Brasil a experiência completa da gestão do “poder local”. Iniciado no início dos anos oitenta, com as primeiras prefeituras administradas pelo PT, assistimos, vinte anos depois, ao seu coroamento na gestão do próprio estado nacional. O que era uma esperança de se criar o novo na política, de “dar poder à cidadania”, de alterar a correlação de forças visando facilitar a luta pelo socialismo, transformou-se numa trágica adaptação ao estado burguês, embalado por um festival de corrupção material e ideológica.*

---

inegável interesse da população) e não com o essencial das questões-chaves do poder na cidade.

A população foi chamada todo o tempo ao debate de um sem-número de temas específicos (ainda que nem sempre isso redundasse em deliberação, efetivação e controle de resultados por parte dela), sendo marginalizada (e com o tempo, marginalizando-se ela mesma) de enfrentar as questões decisivas que fariam pender para seu lado a balança dos direitos urbanos, isto é, maior direito social à cidade com mais controle (restrição) da liberdade de exploração da cidade pelo capital.

3. *a desconstituição do movimento popular*, cooptado em variados graus pelas administrações petistas. Muito ativos nos anos 70, 80 e início dos 90, os movimentos sociais de reivindicações urbanas tinham uma presença significativa de lideranças filiadas ou identificadas com o PT. Com as vitórias eleitorais do partido, essas lideranças passaram a ocupar cargos de responsabilidade no aparato administrativo ou, se não dispunham lá de cacife interno suficiente, eram privilegiadas pela prefeitura como as principais referências populares nos diferentes “conselhos de participação” criados por ela (rito de passagem esse que acabou se consagrando como quase obrigatório para uma futura postulação a cargos eleitorais). Em pouco tempo os

movimentos murcharam, terminando por se representar no e muitas vezes pelo próprio aparato de governo!

4. *a rápida desistência do PT em manter uma estrutura partidária independente do aparato de governo* – e cuja meta fosse a organização política dos setores espoliados da cidade -, garantindo-se assim as condições para que a população tanto pudesse monitorar as ações de governo, quanto para que o empurrasse e o defendesse contra a maré raivosa dos grupos de pressão capitalistas, contrariados em seus interesses.

### **A disputa pelos governos locais e a luta pelo socialismo**

A disputa eleitoral de governos municipais por socialistas não pode reproduzir a quimera da “construção do poder local”. Essa disputa deve ser encarada como necessária e politicamente importante se enxergada no contexto da conformação (razão de ser dos partidos socialistas) do movimento geral de luta pela conquista do poder de estado. Esse é o sentido político de qualquer disputa institucional feita pelos socialistas. O caminho da luta pelo socialismo não conhece outros atalhos confortáveis.

Das lições do fracasso petista de construção do poder local, provavelmente a mais importante seja a de que disputar governos

municipais só se justifica se já existir na cidade, como uma pré-condição social para governar, uma ativa organização popular, experimentada na luta prática por seus direitos. E que, para tanto, os socialistas já devem estar intimamente envolvidos nessa organização, e reconhecidos como lideranças autênticas que não se deixam corromper. Não será nunca o aparato estatal que conseguirá criá-la.

Esse movimento popular, consciente do que quer e de quem são seus adversários na sociedade, será o sustentáculo, não só da vitória eleitoral, mas do governo eleito, para que esse adote as medidas que defendam a qualidade de vida da população contra o apartheid social e a degradação ambiental promovidas pelo poder econômico dominante na cidade. Governos locais, eleitos por cidadãos socialmente ativos, herdarão desse caldo de cultura a radicalidade popular que lhes permita governar para as maiorias.

Embora incerto o exercício integral do mandato do governo frente ao cerco jurídico (como mínimo) que lhe será armado pela burguesia unificada, é bem certo porém que uma tal experiência de coerência política, de divisão de campos (o das maiorias que buscam dignidade para viver e o do capital que procura continuar a escravizá-las), será

uma lição inestimável para a concomitante luta nacional de toda a classe trabalhadora, em seu longo processo de acumulação de consciência política, capaz de levá-la a en-

---

---

*A disputa eleitoral de governos municipais por socialistas não pode reproduzir a quimera da “construção do poder local”. Essa disputa deve ser encarada como necessária e politicamente importante se enxergada no contexto da conformação (razão de ser dos partidos socialistas) do movimento geral de luta pela conquista do poder de estado.*

---

---

frentar com sucesso o desafio de conquistar as plenas condições políticas e econômicas para poder dar início à construção do socialismo em nosso país.

**Luiz Henrique Cunha**

*é filiado ao PSOL em Belo Horizonte (MG)*

Este livro tem projeto gráfico com texto em Century Old Style Std,  
subtítulos em Myriad Pro Bold Condensed e títulos em Modula Serif Black.

Impresso pela Gráfica Enfoc.

Rio de Janeiro, fevereiro de 2008.